

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Escola de Tecnologias e Arquitectura

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Recinto, Franja e Volume

Intervenção no lugar da Cerca de Alenquer

Trabalho submetido como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Discente

Pedro Miguel Figueira Geraldes

Orientador da vertente teórica

Professor Doutor Paulo Tormenta Pinto
Professor Associado com Agregação, ISCTE

Tutor da vertente prática

Professor Pedro Viana Botelho
Professor Catedrático Convidado, ISCTE

Outubro de 2018

Os meus agradecimentos,

Aos meus pais, pelo suporte nuclear que sempre me proporcionaram, pela disciplina e educação que desde cedo me inculcaram, e pelo incentivo e estímulo contínuo durante o meu percurso académico,

À Flávia, pelo amor, carinho e companhia permanente, por toda a sua paciência, compreensão e amparo nos momentos de maior descrença e angústia,

Ao Professor Pedro Viana Botelho, pela orientação, interesse e grande entrega que sempre colocou em cada conversa, alimentando um estimulante ano de interessante discussão,

Ao Professor Paulo Tormenta Pinto, pela sua confiança, motivação e pela sua dedicação no acompanhamento do trabalho, que representou um importante contributo para alargar os meus conhecimentos

À Quinhas, ao Hugo, ao João e ao Rui, pelo grande companheirismo e fortes laços de amizade, os quais revelaram uma força constante, dentro e fora do curso,

Aos meus colegas e companheiros, em especial ao Narças, ao Pepe e à Zuda, pelos incontáveis momentos de boa disposição, humor e gargalhada que atenuaram, vezes sem conta, a dor das horas mais difíceis.

Resumo

As cercas conventuais são organismos importantes e, nalguns casos, determinantes para a evolução e desenvolvimento das primeiras linhas geradoras do território, sendo por isso elementos de humanização da paisagem rural e urbana.

Preservado ao longo do tempo, o termo “cerca” subsiste até hoje como um elemento definidor e delimitador de um determinado espaço. Quando aplicado em contexto de cerca conventual, esta noção adquire um significado ancorado ao recolhimento, princípio essencial à vida monástica. Materializada num recinto murado, a cerca estabelece o limite entre o território exterior (associado ao profano) e o interior (conotado com o sagrado). Subjacente ao termo cerca, surge o conceito de limite, indispensável para a compreensão do seu fundamento, sendo evidente a sua interdependência.

Suportada por uma leitura e revisão dos conceitos e temas enunciados anteriormente, a presente dissertação pretende formular um discurso crítico sobre o território em estudo, correspondente à Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição na vila de Alenquer, com a finalidade de que este constitua um raciocínio de acção, para uma abordagem e coerente aplicada à componente prática.

Deste modo, os temas constituintes permitem ao trabalho interrogar a actual circunstância do lugar da Cerca, uma vez que este representa, a partir do séc. XIX, um território alvo de diversas ocupações e operações negligentes que diluíram parte da sua presença e essência na paisagem da vila de Alenquer. Consequentemente, a vertente prática, aliada à teórica, propõe uma atitude informada pelos temas teóricos, cujo princípio passa essencialmente pela reposição de antigas continuidades, atribuindo um sentido digno entre os elementos e o todo pré-existente.

Palavras Chave

Convento; Cerca; Limite; Alenquer

Abstract

Monastery walls are important and, in some cases, determinant organisms for the evolution and development of the first territory demarking lines, being for that reason elements of humanization of the rural and urban landscape.

Preserved throughout time, the designation “wall” persists to this day as a defining and delimiting element of a given space. When applied in the context of a monastic wall, this concept obtains a meaning anchored to that of reclusion, an essential principle to monastic life. Materialized on a walled space, the wall establishes the limit between the exterior territory (associated with the profane) and the interior (connoted with the sacred). Underlying the word wall, the concept of limit appears, indispensable for the understanding of its foundation, being manifest their interdependence.

Supported by the analysis and revision of the aforementioned concepts and subjects, the present dissertation aims to articulate a critical discourse on the studied territory, corresponding to the Wall of the Convent of N.^a Sr.^a da Conceição in the town of Alenquer, with the view that this constitutes an action-based reasoning for a coherent approach to the practical module.

Therefore, the topic herein contained allows this work to question the present-day circumstance of the place of the Wall, seeing as this represents, from the 19th century onwards, a target territory for various occupancies and neglectful actions, which diluted part of its presence and essence in the landscape of the town of Alenquer. This being said, the practical section, allied to the theoretical, proposes an attitude informed by the theoretic subject, whose principle is essentially conveyed by the recovery of previous continuities, conferring a dignified sense between the elements and the pre-existing whole.

Keywords

Monastery; Wall; Limit; Alenquer

Índice

Introdução	9
1. Alenquer - O lugar da Cerca	13
1.1 Contexto histórico-geográfico de Alenquer	13
1.2 Alenquer, Concelho e Vila de Conventos	16
1.3 Convento de N.ª Sr.ª da Conceição em Alenquer	20
1.4 Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição	27
2. Recinto, Franja e Volume	33
3. De limite fechado a limite aberto	43
3.1 O Muro	43
3.2 Evolução e transformação do lugar da Cerca	49
3.3 Mapa de Negligências	55
3.4 Proposta de Intervenção	65
Considerações finais	88
Bibliografia	90



Figura 01 - Vila de Alenquer em meados do séc. XX , com o lugar da Cerca à esquerda

Introdução

As cercas conventuais são organismos importantes e, nalguns casos, determinantes para a evolução e desenvolvimento das primeiras linhas geradoras do território, sendo por isso elementos de humanização da paisagem rural e urbana.

Preservado ao longo do tempo, o termo **cerca** subsiste até hoje como um elemento definidor e delimitador de um determinado espaço. Quando aplicado em contexto de cerca conventual, esta noção adquire um significado ancorado ao recolhimento, princípio essencial à vida monástica. Materializada num recinto murado, a cerca estabelece o limite entre o território exterior (associado ao profano) e o território interior (conotado com o sagrado). Subjacente ao termo cerca, surge o conceito de **limite**, indispensável para a compreensão do seu fundamento, sendo evidente a sua interdependência.

Composto por uma vertente teórico-prática, o presente trabalho, efectuado no âmbito da conclusão do Mestrado Integrado em Arquitectura, debruça-se sobre o território em estudo, correspondente à Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição na vila de Alenquer, estabelecendo um compromisso entre ambas as partes, com o desejo de que estas constituam uma unidade. Nesse sentido, ao focar-se no caso de estudo mencionado, a reflexão teórica desta dissertação assume o papel de instrumento descodificador dos temas conceptuais inerentes a este, aprofundando essencialmente a matéria das cercas conventuais e o conceito de limite através de três noções, estabelecendo, em paralelo, um olhar crítico sobre o estado actual do território da Cerca. Por sua vez, a reflexão em torno dos temas enunciados tem o intuito de dar o mote para a construção de um discurso arquitectónico coerente, desencadeando uma abordagem informada e consciente relativamente à parte prática.

O trabalho está organizado segundo três capítulos. O primeiro apresenta uma breve contextualização histórico-geográfica do Concelho e vila de Alenquer, dado que aqui se insere o território actuante. Procura-se entender e identificar as razões que justificaram a implantação de diversos organismos monásticos, dentro dos quais se encontra o Convento de N.ª Sr.ª da Conceição e respectiva Cerca, cujo enquadramento histórico é descrito desde a sua fundação à pós-extinção das ordens religiosas, estabelecendo também paralelismos com o contexto geral das cercas conventuais.

De carácter mais conceptual, o segundo capítulo reúne uma revisão sobre as origens do conceito de limite, apresentando uma leitura acerca deste, com base na perspectiva de três autores. Inicia com uma exposição dos princípios de recinto defendidos por Gottfried Semper e

presentes na obra *The four elements of Architecture*, seguidos de uma evocação à noção de franja limítrofe, proveniente do pensamento seminal presente na obra *Lógica del Limite* de Eugénio Trias, culminando nas reflexões de Jorge Cruz Pinto, em torno dos limites do volume, enunciadas na sua obra *O Espaço-Limite: Produção e Recepção em Arquitectura*.

O terceiro capítulo retoma o caso de estudo referente à Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição por intermédio de uma leitura mais focada, que conta aqui com uma consciência mais alargada e informada sobre os temas que lhe são adjacentes. Ao longo desta última parte é realizada uma análise crítica mais detalhada, denunciando os problemas e as fragilidades presentes no referido lugar. Por último, dentro da apresentação da estratégia de grupo, expõe-se a proposta projectual para o lugar da Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição, com uma intervenção sobre a condição actual do seu recinto, que inclui a substituição do actual edifício do infantário por um novo com o mesmo programa.

Deste modo, os temas constituintes permitem ao trabalho interrogar a actual circunstância do lugar da Cerca, uma vez que este representa, a partir do séc. XIX, um território alvo de diversas ocupações e operações negligentes que diluíram parte da sua presença e essência na paisagem da vila de Alenquer. Posto isto, a parte prática, aliada à teórica, propõe uma abordagem informada pelos temas teóricos, onde o princípio passa essencialmente pela reposição de antigas continuidades, dignificando os elementos e o todo pré-existente.

Metodologia

Para a elaboração do trabalho, nomeadamente no que se refere ao caso de estudo, a metodologia utilizada passou, maioritariamente, por um trabalho de campo, apoiado numa observação empírica e analítica. Dada a escassa documentação referente ao lugar da Cerca, a parte escrita relativa a este é essencialmente suportada pelas referências feitas em dois livros relativos à história de Alenquer, nomeadamente o terceiro volume de *O Concelho de Alenquer*, de António Melo, António Guapo e José Martins, e o livro *Alenquer e seu concelho*, de Guilherme Henriques. Além destas duas obras, a presente investigação contou também com as fotografias de Heitor Lourenço, fotógrafo alenquerense.

Neste sentido, reconheceu-se a necessidade de produção de uma gramática essencialmente gráfica, fruto do sentido crítico proveniente de todo o trabalho realizado *in situ* e informado pela análise dos elementos mencionados. Este processo permitiu compilar o mapeamento dos dados resultantes das investigações, com recurso a levantamentos fotográficos e a diversas sintetizações produzidas por meio de desenhos e esquemas. Por sua vez, estes possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre o lugar da Cerca e identificar as principais fragilidades presentes no mesmo, o que resultou numa interpretação informada acerca deste, motivando a abordagem levada a cabo na componente prática.



Figura 02 – Panorâmica geral da vila de Alenquer no séc. XIX

1. Alenquer – O lugar da Cerca

1.1 Contexto histórico-geográfico de Alenquer

O Concelho

Distando cerca de 36 km a nordeste de Lisboa (Melo *et al.*, 1989, p.13), Alenquer é, dos dezasseis concelhos pertencentes ao distrito da capital, o quarto maior em área (cerca de 304 km²), sendo somente excedido pelo de Sintra, Torres Vedras e Vila Franca de Xira (*ibid.*). É delimitado a norte pelos concelhos de Azambuja e Cadaval, a sul pelos de Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço, a poente pelo de Torres Vedras e a nascente pelo de Azambuja (*ibid.*).

O concelho de Alenquer define o eixo de transição entre o Maciço Calcário Estremenho e as planícies aluviais do rio Tejo, apresentando, com excepção destas, uma orografia genericamente acidentada, sobretudo a poente. A norte, encontra-se balizado pela Serra de Montejunto (ponto mais alto do concelho), a sul pelo rio Tejo e a poente pelas serras Galega e Alta (*id.*, p.15). Dada a riqueza da sua estrutura orográfica (serras, montes, cabeços, entre outros) a paisagem natural do concelho de Alenquer é recortada pelos vales dos pequenos cursos de água existentes neste território, destacando-se a Ribeira de Alenquer, a Ribeira da Ota e a Ribeira de Cadafais ou da Couraça, os quais desaguam no Tejo (*ibid.*).

A formação do referido concelho remonta ao “processo liberal entre 1832 e 1855 no período que corresponde, culturalmente, às gerações do Romantismo. Nesse processo conturbado de profunda transformação da sociedade e do municipalismo do País, após a extinção dos forais (1832) desapareceram dois (Vila Verde dos Francos e Aldeia Galega) dos três antigos concelhos medievais que formam hoje o actual Concelho (...)” (*id.*, p.13).

A 12 de Junho de 1837, Alenquer foi constituída Concelho, abarcando quatro freguesias. Extinta a repartição do País em comarcas e províncias, a divisão de freguesias do Concelho foi sofrendo alterações ao longo dos tempos (*ibid.*). Com a última lei de Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, divulgada a 28 de Janeiro de 2013, foram atribuídas ao Concelho um total de 11 freguesias, entre as quais se encontra a União das Freguesias de Alenquer (que deriva das extintas Triana e Santo Estêvão), correspondente à vila do mesmo nome.

A Vila

Composta por duas colinas inseridas numa estrutura de vale, por onde passa hoje a Estrada Nacional nº1, a vila de Alenquer foi crescendo progressivamente no sentido de aproximação à sua ribeira (Paviani, 1968). Esta encontra-se organizada em duas partes - a vila Alta, correspondente à colina exposta a nascente, onde teve origem o núcleo urbano primitivo - e a vila Baixa, referente à parte inferior do vale, adjacente à ribeira de Alenquer.

A sua ocupação remonta ao período pré-histórico, confirmada pelos vestígios encontrados pelo arqueólogo alenquerense Hipólito Cabaço, e já no período Romano foi constituída como “fortificação do Vale do Tejo, integrado no sistema defensivo dos vales interiores (Melo *et al.*, 1989, p.179)”. Posteriormente, foi estabelecida “praça forte” durante o domínio árabe, acabando por ser conquistada pelos cristãos no séc. XII (*ibid.*). No seu livro *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Orlando Ribeiro caracteriza a paisagem natural de Alenquer, enfatizando as suas características de potencial militar, de domínio e controlo do território: “A mesma preocupação de defesa que vimos actuar na concentração do povoamento, aqui com mais forte razão, primou na escolha do sítio: lugar alto, acrópole, fortaleza, coração da vida urbana, residência dos deuses (...)”

Porém, a topografia abrupta e o acentuado declive das colinas, outrora úteis num clima de constante defesa dos ocupantes da “praça forte”, dificultavam o contínuo crescimento da vila. Além destas, outros factores como o forte caudal do rio (que complicava a ligação entre as duas margens) e os ventos dominantes (que coíbiam o crescimento da povoação para norte das suas encostas), contribuíram igualmente para o atraso do desenvolvimento da vila (*ibid.*).

Confinada durante um longo período ao perímetro dos muros da sua fortaleza, a malha primitiva começou lentamente a descer a colina, principiando uma tímida ocupação da margem direita do rio, a partir de duas geratrizes, tendo início na “praça forte”, seguida da colina do convento de S. Francisco (*ibid.*).

Em finais do séc. XIV, D. João I mandou derrubar partes da muralha, levando o castelo a um estado de ruína, fomentando assim a expansão da vila extramuros, dando origem à parte Baixa, que foi ocupando gradualmente ambas as margens da ribeira. De modo um tanto desordenado, as gentes vão tomando os terrenos planos aqui disponíveis, levando a cabo a transição entre a Alta e a Baixa (Paviani, 1968, p.47).

No final do séc. XVI, Damião de Goes, humanista alenquerense, faz referência à sua terra

natal no seu livro *Descrição da cidade de Lisboa*, caracterizando-a à época como uma paisagem de refúgio, detentora de uma atmosfera bucólica, referindo: “Da base de Alenquer (a maior parte dela está situada no cume de um monte bastante alto) sai um rio (...) com árvores nas duas margens que produzem sombras agradáveis durante os fortes calores do sol do meio-dia e às quais se acolhem os habitantes”. Dadas estas características, a vila recebia com regularidade a família real e membros da nobreza, que elegiam este local como abrigo do calor do verão (Melo *et al.*, 1989).

No século XVIII, observa-se já um considerável aglomerado urbano na margem esquerda do rio, que mais tarde se designaria Triana. No século seguinte, a “estrutura medieval da vila é profundamente alterada com a ruptura e destruição de algumas torres e panos de muralha, a abertura de novos acessos à zona alta, a construção dos Paços do Concelho, a instalação de fábricas à beira rio, a alteração dos velhos arruamentos e a edificação de novas habitações” (*id.*, p. 181).

Do séc. XX à actualidade, assistiram-se ainda a alterações, como a modificação do curso do rio, que conduziram a mudanças na malha urbana da Vila Baixa. A complexidade da morfologia urbana de Alenquer preserva, assim, um registo evidente da herança histórica que desencadeou a sua evolução (*ibid.*).

1.2 Alenquer, Concelho e Vila de Conventos

As primeiras estruturas de vocação eclesiástica de sentido colectivo surgem em Portugal fora do contexto urbano (Fróis, 2002, p.87), assumindo o papel de relevantes impulsionadores da transformação de sítios em lugares, a partir dos quais, na grande maioria das vezes, se estruturam as primeiras comunidades. O critério de implantação dos complexos monásticos é um dos aspectos mais determinantes, reflectindo os princípios defendidos por cada ordem religiosa que possuía um modo particular como transformavam o território em função das suas necessidades. Um procuravam recantos remotos, refugiando-se em bosques com o intuito de manter uma relação íntima com a natureza e outras estabeleciam-se em terrenos férteis, privilegiando a plantação de culturas. As ordens religiosas eram, ainda, agentes de grande influência nas comunidades, contribuindo igualmente para o crescimento urbano através do desenvolvimento da agricultura, da economia e do povoamento do espaço rural (*ibid.*).

Implementação de Casas monásticas no território Alenquerense

Como já enunciado anteriormente, o Concelho e a vila de Alenquer dispunham outrora de um território bucólico, caracterizado, durante muitos anos, por uma paisagem natural quase intocada, reunindo assim características que contribuíram para a vinda de determinadas ordens religiosas, que implantaram as suas estruturas monásticas neste território - “A coroar os montes, aqui e além, umas após outras, em sítios de charneca e mato, nasceram estas Casas religiosas. Entre elas se lançaram os caminhos. Por eles passaram sucessivas gerações de frades” (Melo *et al.*, 1986, p.9).

Em 1216, por via da rainha D. Sancha, a Ordem de S. Francisco foi a primeira a implantar-se em Alenquer, vila que albergou a primeira casa de Franciscanos em Portugal (*id.*, p.12). Primeiramente situados perto do rio, no oratório de Santa Catarina, onde se mantiveram por seis anos, os Franciscanos mudaram-se posteriormente para o antigo lugar do Paço da Rainha, situado numa colina pertencente à coroa portuguesa, passado de D. Sancho para D. Sancha, onde foi construído o “Real Convento”, que teria a futura designação de Convento de S. Francisco (*id.*, p.16).



Figura 03 – Convento de S. Francisco, em Alenquer

Após a implantação deste, surgiram diversos outros conventos no concelho, nomeadamente: Convento Dominicano de Nossa Senhora das Neves (1218), Convento de São Jerónimo do Mato (1400), Convento de Santa Catarina da Carnota (1408), Convento de Nossa Senhora da Visitação (1540), Convento de Santo António da Merceana (1598) e Convento de Nossa Senhora da Encarnação (1648). Na vila de Alenquer, edificaram-se outros três: Convento de S. Julião (1441), Convento de Nossa Senhora da Conceição (1553) e Convento de Santa Catarina dos Mártires (1623).

“Assim e a par dos cruzeiros no encontro de «caminhos velhos», das simples capelinhas de aldeias e lugares da serra, ou das grandes igrejas de peregrinação, aquela variedade de Conventos de predominância franciscana continua a revelar (...) as marcas religiosas da paisagem rural da região de Alenquer” (Melo *et al.*, 1986, p.9).

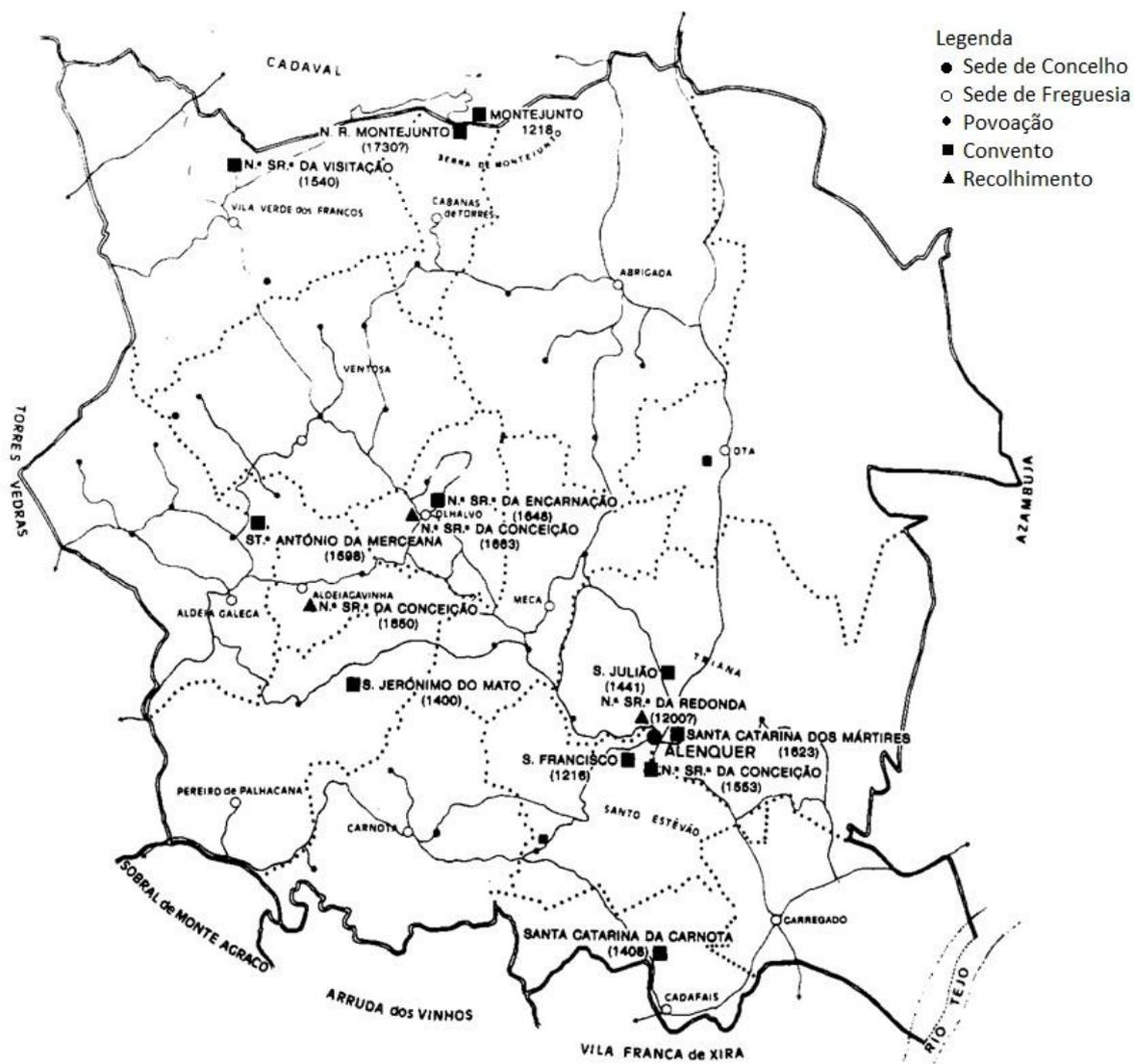


Figura 04 – Mapeamento das Casas Monásticas no Concelho de Alenquer

1.3 Convento de N.ª Sr.ª da Conceição em Alenquer

Contextualização histórica do convento

Influenciada por S. Francisco, Clara de Assis dedica-se à vida eclesiástica em 1212, instalando na igreja de S. Damião - uma comunidade de religiosas com princípios baseados na pobreza evangélica. Em 1216, é-lhe concedida pelo Papa Inocêncio III, permissão para “criar uma forma inteiramente nova de comunidade conventual que se mantinha de esmolas e do produto do trabalho manual do mesmo modo que os franciscanos (Melo *et al.*, 1986, p.115)” e em 1239, o Papa Gregório IX “atribui a esta comunidade de S. Damião uma regra basicamente beneditina com ênfase na clausura e na propriedade comunitária essencial a uma vida de reclusão. Assim nascia a Segunda Ordem Franciscana ou das Clarissas” (*ibid.*).

No séc. XVI, assiste-se ao período de maior expansão desta Ordem em Portugal, proliferando a fundação de diversos conventos de Clarissas por todo o país (Sá, 2011, p.277).

A Ordem de Santa Clara fixou-se em Alenquer em 1553 por iniciativa de João Gomes de Carvalho, fidalgo da Casa de D. João III e camareiro do Cardeal D. Henrique, que fundou um Convento de Clarissas de invocação a Nossa Senhora da Conceição (Melo *et al.*, 1986, p.115). Este nobre “dotou o convento com reserva de que a capella-mór e padroado d’ella seria in *solidum* para elle e para todos os seus descendentes, preferindo sempre os filhos mais velhos as fêmeas; que a missa conventual quotidiana seria aplicada por sua tenção e que teria o direito de apresentar apenas dois logares para o futuro in *perpetuam*, sem obrigação de padroado nem suas apresentadas, que seriam mulheres nobres quando não fossem da geração do fundador (Henriques, 2002, p.177)”. Este último ponto acrescenta um curioso esclarecimento acerca dos requisitos e do critério de selecção adoptado com as mulheres que pretendiam dedicar-se a esta forma de vida, sendo a sua “admissão restrita a meninas provenientes das elites locais. Daí que a base de recrutamento das freiras fosse reduzida a uma população restrita - a da nobreza e dos sectores em ascensão do negócio ou oficialato (...)” (Sá, 2011, p.277).

Estabelecidas as cláusulas e assinada a escritura a 28 de Março de 1553 no Convento de S. Francisco em Lisboa, iniciou-se a construção desta casa de freiras clarissas (Melo *et al.*, 1986, p.115). Concluídas as obras, vieram fixar-se no convento as primeiras freiras desta vila, e em Outubro de 1555, transferiram-se outras quatro, provenientes do Convento da Esperança em Lisboa (*id.*), principiando assim a vida conventual nesta casa que se prolongou por mais de dois séculos e meio (1555-1810).



Figura 05 – “Santa Clara e São Francisco”, pintura de Simone Martine (1284-1344)

Recorrentemente visitado e protegido por membros da nobreza, foram diversas as doações e regalias que este convento recebeu das mãos destes, sendo disso exemplo a rainha D. Catarina, cujo testamento contemplou estas religiosas (Melo *et al.*, 1986, p.116).

Retomando a história desta Casa, os descendentes do fundador João Gomes de Carvalho mantiveram o padroado até 1689 (*ibid.*) (cerca de cento e trinta anos), gerindo esta pequena comunidade, que segundo um documento encontrado no antigo cartório da Igreja de Santa Quitéria de Meca, datado de 3 de Fevereiro de 1649, era constituída por apenas oito freiras, acrescentando que na referida época, além de não haver mais lugares vagos no convento, recusou-se a admissão de uma noviça por não ter idade para professar (*id.*, p.117). Sebastião de Macedo Carvalho e Menezes, último descendente do fundador do convento faleceu sem deixar herdeiros pelo que o padroado ficou a cargo de Gonçalo Peixoto de Guimarães Silva e dos seus descendentes que o mantiveram até ao séc. XIX (*id.*, p.115).

Porém, o Terramoto de 1755 deixou o convento fortemente danificado. Segundo o inquérito presente nas *Memórias Paroquiais de 1758*, ordenado por Marquês de Pombal após a catástrofe e redigido por Pedro da Sylveira, prior de S. Pedro, consta que: “A de Sam Francisco, e parte dos dormitórios do convento também ficaram quazi destruídos, a do mosteiro das freiras também com perigo principalmente no coro, e os dormitórios ameaçando grave ruina(...)”.

Em 1810, Portugal sofre a terceira invasão francesa e, em Outubro, as tropas chegam e estabelecem-se na vila, que depois de abandonada pelos habitantes, fica à mercê dos invasores (*id.*, p.117). Neste período, as Clarissas de N.ª Sr.ª da Conceição partem de Alenquer e refugiam-se no convento de Santa Ana em Lisboa (*ibid.*). Em 12 de Novembro, os franceses iniciam a retirada, deixando a vila com diversas marcas e cicatrizes da sua permanência, queimando este convento de Clarissas e provocando a destruição quase total do edifício (*id.*, p.118).

Dadas as circunstâncias, a Junta de Melhoramentos deu por extinto o Convento de N.ª Sr.ª da Conceição, adjudicando as suas rendas ao Convento de Nossa Senhora de Suberra, na localidade vizinha de Castanheira do Ribatejo (*ibid.*), para o qual as restantes freiras se transferiram, mandando proceder à venda do que restava do edifício, pondo término à vida desta casa religiosa.

Composição espacial do convento

Vocacionados para o exercício da vida em clausura e dotados de uma atmosfera de recolhimento, isolamento e meditação, estes complexos monásticos possuem um desenho racional assente em relações de proporção e escala, cuja hierarquia e a composição dos espaços é

geralmente constituída por igreja, cozinha, refeitório, enfermaria, dormitórios e “(...) claustro, espaço fechado, mas também totalmente aberto. É um pátio quadrado vivido e sentido como um jardim (Carapinha, 2001, p.73)”, articulador de todos os outros espaços. Contudo, os conventos podem ainda possuir outros espaços consoante os princípios e a forma de vida da respectiva Ordem Religiosa.

Situado na encosta da vila Alta de Alenquer, o Convento de N.^a Sr.^a da Conceição implantou-se num lugar, logo abaixo do Convento de S. Francisco. Constituído por dois pisos, este apresenta uma planta curiosa, com certas torções em função do alinhamento com a rua, correspondentes às volumetrias de alguns dos espaços constituintes do nível térreo. Além da igreja, do claustro, dos dormitórios e de outros espaços comuns a qualquer edifício de tipologia monástica, este convento apresenta algumas áreas de vocação intrigante.

Intui-se que o quotidiano destas religiosas passasse frequentemente pela confeção de pão, uma vez que a planta apresenta espaços pontuados por chaminés, cujas designações como “Casa da Farinha”, “Pequeno Forno” e “Casa de Amaçaria e Forno”, conduzem a essa dedução. Além do próprio sustento e consumo por parte da comunidade de Clarissas, é possível que esta produção fosse igualmente destinada à distribuição para a população mais carenciada.

Situado a meio piso, o corpo da igreja, composto pelo coro alto, fechava o convento a poente, delimitando a frente de rua por onde era feita a entrada no complexo. No piso superior, destacam-se os dormitórios, caracterizados por duas grandes alas que ladeiam o claustro, uma exposta a nascente e outra a sul.

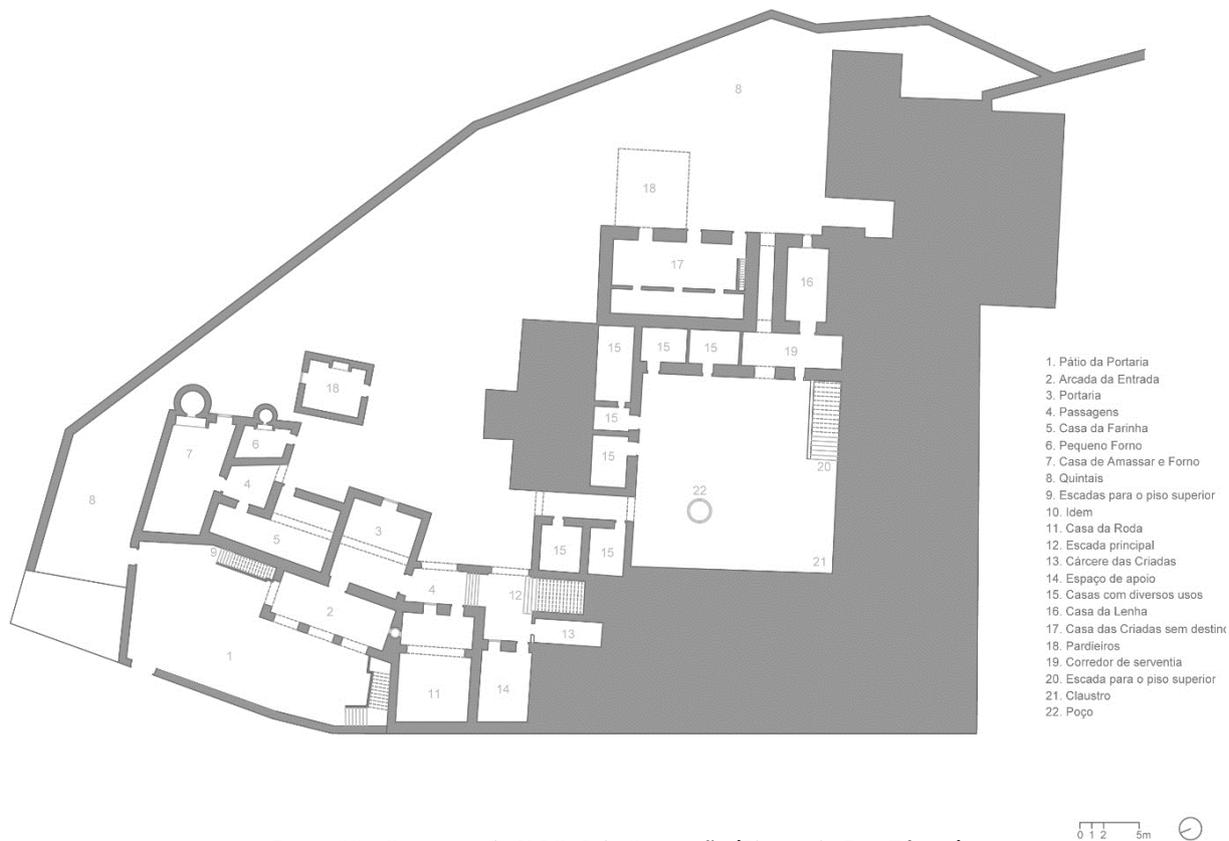


Figura 06 – Convento de N.ª Sr.ª da Conceição (Planta do Piso Térreo)

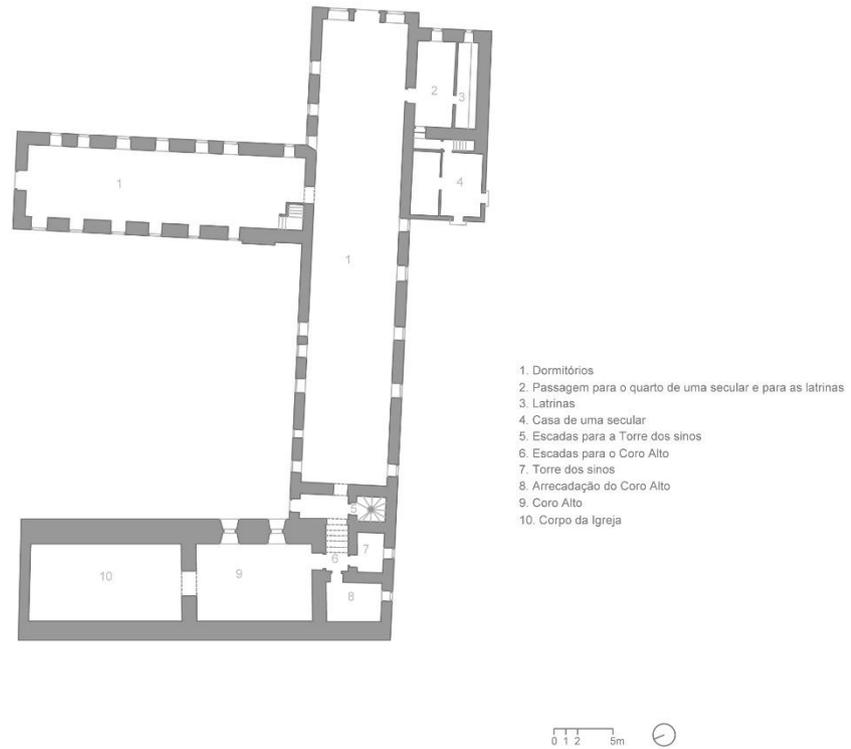


Figura 07 – Convento de N.ª Sr.ª da Conceição (Planta do Piso Superior)



Figura 08 – Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição no séc. XIX

1.4 Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição

A Cerca inserida no contexto das cercas conventuais

Ancorada numa contínua procura pelo silêncio e meditação, a vida eclesiástica privilegiava o recolhimento em detrimento do contacto com o mundo exterior, pelo que foi necessário assegurar a autossuficiência destes complexos monásticos. Nesse sentido, integradas na constituição destes organismos, as Cercas conventuais desempenhavam um papel fundamental, correspondendo a significativas porções de terreno, confinadas por grandes muros que delimitavam a referida propriedade conventual, contendo os meios de subsistência da respectiva Casa, dispendo de pomares e hortas. Caracterizados pela vasta massa arbórea que crescia e se desenvolvia, estes espaços, circunscritos exclusivamente à utilização das comunidades religiosas, eram transformados num lugar em que as acções eram também subordinadas a um significado ou objectivo, orientadas segundo princípios religiosos.

Estabelecida em função do sistema hídrico e topográfico que ditavam as formas de apropriação e optimização do solo, a organização das cercas conventuais estruturava-se em três espaços: o horto, situado junto do edifício conventual; o pomar, frequentemente implantado em encostas de suave pendente e orientadas a nascente, com uma distância relativamente próxima do edifício; e a mata, presente na parte do terreno menos humanizada, na maioria das vezes, correspondente à parte do terreno mais acentuada (Carapinha, 1995). Além do básico propósito de abastecimento, estes muros são testemunho do isolamento característico deste modo de vida, mediando a relação do interior com o exterior. As reservas existentes no interior dos limites destes espessos muros, onde prevalecia uma dimensão sagrada, possuíam igualmente um carácter convidativo à deambulação por um ambiente caracterizado pela presença de densa vegetação, que crescia e se dispunha de maneira natural e orgânica, convocando uma atmosfera de introspecção, motivando a construção de capelas e ermidas, dedicadas à meditação individual, mais íntima.

A 23 de Maio de 1572, o rei D. Sebastião acrescentou terras ao Convento de N.ª Sr.ª da Conceição, concedendo-lhe o arrabalde vizinho, propriedade conhecida como “Freiria” (Melo *et al.*, 1986, p.116), estabelecendo-se a Cerca deste. Com uma presença forte no território, os muros desta estenderam-se a sul do edifício conventual, abraçando uma porção significativa de área territorial e acompanhando o considerável declive do terreno, à medida que este os dilui na paisagem, culminando num pequeno vale por onde passa uma linha de água. No interior desta

cerca edificaram-se duas ermidas, cujo nome, o ano de construção e o autor se desconhecem.

A extinção das Ordens Religiosas e ocupação das reservas monásticas

Em 1834, o Estado acciona uma lei que decreta a extinção de todas as Ordens Religiosas em território nacional (Melo *et al.*, 1986, p.204) pelo que se iniciou um longo processo de encerramento e alienação das Casas monásticas como conventos, mosteiros, colégios e hospícios, alguns dos quais entraram em estado de decadência e ruína, passando a ser propriedade do Estado ou adquiridos por privados.

Além de catalisadores que fomentaram a humanização da paisagem e o crescimento das comunidades, as estruturas monásticas deixaram, após o seu período de actividade, impressões que marcaram fortemente o tecido urbano, a partir das quais se reorganizaram diversos troços e lugares na morfologia do território (Marado, 2006, p.39). Durante os séculos XIX e XX, os edifícios, as infraestruturas e as grandes reservas “herdadas” das Casas religiosas começaram a ser encaradas segundo uma perspectiva de ocupação para os mais diversos fins (Fróis, 2002, p.90).

Dotados de um grande potencial de mutação no que se refere ao carácter funcional e flexível dos espaços constituintes, os organismos monásticos acolheram a instalação de diversos usos, assistindo-se à “mais variada reutilização e reconversão dos espaços conventuais, que se podem agrupar em quatro grandes grupos: espaços de habitar – residências particulares, quartéis, asilos, colégios, estabelecimentos hoteleiros; espaços da produção industrial ou de apoio – adegas, moagens, fábricas (têxtil, cortiça, cerveja, etc.), armazém; espaços de serviços públicos – escolas, hospitais, repartições, ministérios, parlamento; espaços públicos, livres como jardins, praças, arruamentos, mercados” (*id.*, p.93).

Além dos edifícios conventuais, as respectivas cercas foram também alvo de ocupação e de intervenção. Outrora expressão material do isolamento conveniente ao regime de clausura, estas ficaram igualmente passíveis de ocupação e reutilização, disponibilizando novas áreas para o desenvolvimento urbano com vista a “satisfazer algumas das necessidades da “nova cidade” (Marado, 2006, p.39). Os antigos terrenos propiciaram a abertura de novas ruas, a divisão para loteamento de futuras construções e a criação de jardins públicos.

Embora o processo de ocupação das antigas reservas monásticas tenha, em certos casos, contribuído para a perda do sentido destes lugares, este não coibiu que perdurassem os registos e as marcas deixadas no território, sendo disso exemplo as “construções que se foram encostando aos muros pré-existentes, marcando o seu limite” (*ibid*), perpetuando o testemunho da sua antiga presença.



Figura 09 – O interior da Cerca na primeira metade do séc. XX

Ocupação da Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição

Após a destruição parcial do edifício conventual provocada pelas invasões francesas em 1810 e, posteriormente, com a extinção dos conventos em 1834, o antigo recinto desta Casa religiosa, sofreu, à semelhança das demais propriedades conventuais espalhadas pelo território nacional, uma forte transformação e ocupação do seu território.

Em 1860, as ruínas do convento de N.ª Sr.ª da Conceição, bem como a sua Cerca, foram adquiridas por Auguste Lafaurie, um dos principais impulsionadores da indústria dos lanifícios na vila de Alenquer e fundador da antiga Fábrica do Meio, também conhecida por Fábrica do Lafaurie (Henriques, 2002, p.180). Este escolheu esta propriedade para receber os seus restos mortais e os de seu irmão, formando um jazigo de família (Melo *et al.*, 1986, p.118) na área correspondente à antiga volumetria da igreja do Convento. Após o seu falecimento, a propriedade foi herdada por sua filha, D. Maria Carolina Auguste Lafaurie. Porém, a passagem de testemunho deste legado durou pouco nas mãos desta família, uma vez que em 1888 foi colocada à venda (*id.*, p.116), passando por diversos proprietários.

Já no séc. XX, no ano de 1936, foi edificada, sob as ruínas e escombros do antigo edifício conventual, a Cadeia Comarcã de Alenquer, projectada pelo arquitecto Cotinelli Telmo, que ocupou, quase na totalidade, o antigo espaço do claustro e uma boa parte do espaço onde se encontrava a igreja, restando poucos vestígios e apontamentos do antigo Convento. Também no início do séc. XX, foi construída uma variante de ligação da Vila Baixa à Alta, uma operação que acabou por dividir a Cerca em duas metades, cortando uma parte dos muros, incorrendo também na demolição de algumas partes constituintes do convento.

Sobretudo a partir do séc. XX, o interior da Cerca foi assistindo a diversas ocupações, que provocaram consideráveis alterações neste lugar. Dentre elas, salientam-se a edificação fragmentária de algumas construções precárias para habitação, e a implantação de um infantário gerido pela Santa Casa da Misericórdia, adjacente à variante, ambas desprovidas de qualquer critério e sentido.

Levadas a cabo ao longo dos anos, as mutações e apropriações mencionadas anteriormente serão analisadas com maior detalhe e clareza no terceiro capítulo da presente dissertação.



Figura 10 – Ruínas do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição em 1988



Figura 11 – *Limes*, muro de Adriano em Inglaterra

2. Recinto, Franja e Volume

Breve introdução ao **limite**

Na sequência da introdução ao caso de estudo descrito no capítulo anterior, referente à Cerca do Mosteiro de N.^ª Sr.^ª da Conceição, é evidente a relação intrínseca com a noção de *Limite*. Suportado pela perspectiva dos autores Gottfried Semper, Eugénio Trias e Jorge Cruz Pinto, o presente capítulo debruça-se sobre o referido conceito com o intuito de procurar uma compreensão mais alargada sobre os temas implícitos e inerentes ao caso de estudo.

Segundo a consulta da noção de **limite** no dicionário da Língua Portuguesa, este corresponde à “Linha que demarca a extensão de superfícies ou terrenos contíguos; marco; baliza; raia; fronteira; 2. Linha que marca o fim de uma extensão espacial ou temporal; termo; prazo; 3. Ponto que não se pode ou não se deve ultrapassar” (*limite* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [Consult. 2018-07-26]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/limite>).

Contudo, o referido termo possui raízes que remetem e fazem recuar para a ancestralidade da definição de *limes*, origem latina do termo limite. Apesar de possuir definições equivalentes, como raia ou confins, o conceito de *limes* detém uma maior complexidade ao nível do seu conteúdo. De acordo com as suas origens, *limes* assinala uma relação entre um interior e um exterior - “*Linde o frontera territorial que se utiliza convencionalmente para separar países, provincias; camino que bordea una propiedad o sendero entre dos campos o, Término del cual no puede pasar el valor de una cantidad (Mat.)*»2. *Pero si se estudia com más detenimiento, este término también remite al griego “apeihron” relacionado con lo que está desprovisto de delimitación física o lógica y que dirige a los confines de lo conocido y lo desconocido, de lo finito y de lo infinito*” (Esteban, 2013, p.13).

Limes traduz, assim, a base da identidade e distinção, definidora do contorno e da forma. À luz de Aristóteles, a noção de limite é inerente à ideia de *terminus*, o termo em que a “determinação de uma realidade é por assim dizer a delimitação dessa realidade. (...) A forma é o limite da coisa” (Pinto, 2007, p.22). Nesse sentido, reconhece-se a indissociabilidade que o espaço arquitectónico detém com a noção fenomenológica de limite, onde materializa a sua existência e o seu sentido, como reforçado por Martin Heidegger - “o limite não é aquilo onde qualquer coisa termina, mas antes, como os gregos observaram, onde qualquer coisa começa a ser (...) e o espaço é essencialmente o que foi disposto, o que foi confinado” (*id.*, p.23).

Gottfried Semper (**Recinto**)

Como referido anteriormente, um dos autores no qual se apoia o presente capítulo é Gottfried Semper, arquitecto alemão do séc. XIX, detentor de uma postura crítica que reconhecia a essência da arquitectura por via dos aspectos construtivos, apelando às questões da tectónica, cuja obra teórica também tocou na noção de limite (Semper, 2014, p. 157).

Inerentemente ligada ao referido conceito, a obra *The four elements of Architecture* da sua autoria, contempla e incorpora a ideia de limite através do reconhecimento da importância da ideia de **recinto**, que juntamente com os restantes três elementos, estão na origem massiva e têxtil onde se funda a arquitectura (Pinto, 2007, p.25).

Em tempos remotos, ainda antes de construir o seu próprio abrigo, o Homem acendia uma fogueira, representativa de uma noção primária de “morada”, reunindo-se em torno desta e encarando-a como um elemento que propiciava a reunião do colectivo. Consequentemente, Semper associa esta noção ancestral de fogo à ideia de lar, reconhecendo nos outros três elementos da arquitectura (plataforma, cobertura e recinto) o papel de limite, que por sua vez o protege e preservam (Armesto, 2015).

Na obra *The four elements of architecture*, é feita referência à evolução das técnicas e das habilidades de manuseamento do Homem, através do domínio das matérias primas, como a cerâmica, a metalurgia, a hidráulica ou a carpintaria, na concretização de uma resposta às intempéries climáticas. Indissociável da questão referente à tectónica e à estereotomia, a obra mencionada faz uma clara distinção entre ambas, referindo que a primeira consiste na articulação de elementos ligeiros que cercam a matriz espacial, enquanto que a segunda está associada à matéria formada pela assemblagem de componentes pesados (Frampton, 1999).

Apontada a necessidade do Homem em constituir abrigo, Semper lança o exemplo das tendas tribais nómadas, caracterizadas por uma disposição vertical de resguardo, que pressupõem uma ideia de delimitação espacial (Semper, 2014, p.158). Segundo o arquitecto alemão, além de formarem o âmago da arquitectura e estabelecerem um ponto de partida para o seu desenvolvimento, os quatro elementos da arquitectura constituem o suporte da abordagem ao conceito de limite, teoria reforçada pela sua visita à Grande Exposição Universal de 1851, em Londres. No conteúdo expositivo, Semper encontrou uma representação ilustrativa dos quatro elementos da arquitectura num quadro que apresentava uma cabana originária das Caraíbas, onde as relações se mostravam separadamente, de modo analítico. Ligados ao conceito estereotómico, o lar encontrava-se delimitado e consequentemente protegido pela plataforma, que surge num plano elevado sobre a terra. Subjacentes à noção de tectónica, a cobertura

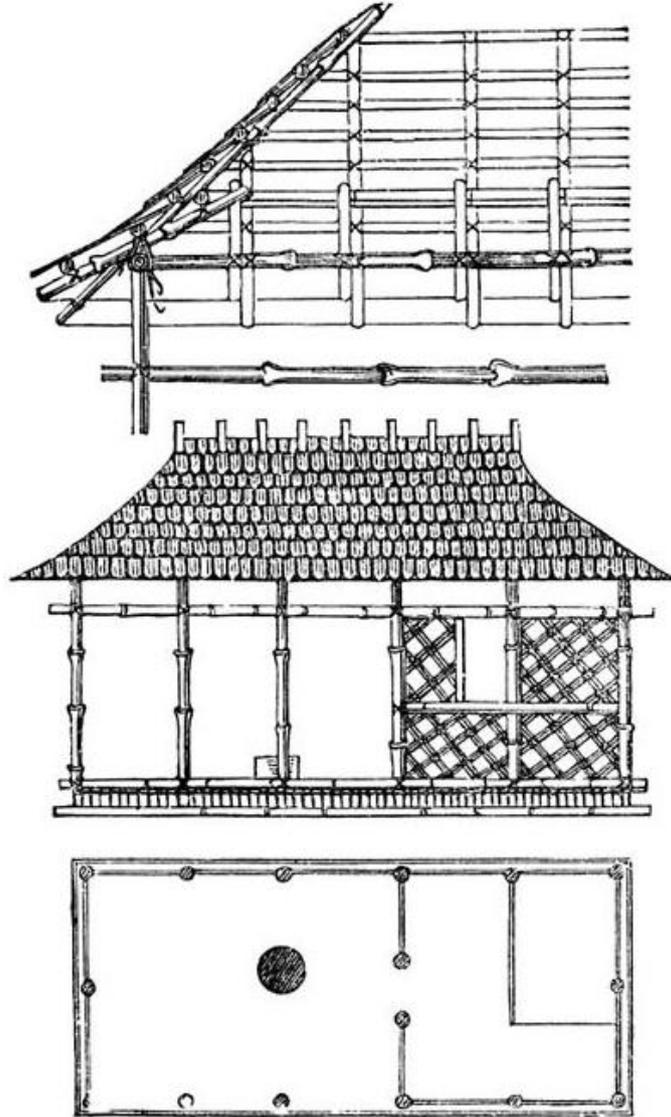


Figura 12 – “Caribbean Hut” referida por Gottfried Semper

apoiava numa estrutura de troncos de madeira, e o recinto assumia a última camada protectora do lar, confinando-o através do revestimento proveniente do entrelaçamento de ramos de árvores, definindo assim, o limite entre o interior habitável e o mundo exterior (Guisado, 2000, p.169).

Amplamente conotado com uma noção topológica de delimitação, este último assume o papel de elemento mediador, através da estruturação destes constituintes, uma prática muito frequente dentro das comunidades tribais, que também usavam este método para estabelecerem os limites do seu território (Semper, 2014, p.158). A partir deste exemplo de recinto, evidenciado na cabana das Caraíbas e nos métodos de demarcação de território usados pelas tribos primitivas, o sentido e carácter construtivo da arquitectura é destacado na referida obra de Semper, onde são igualmente salientadas as qualidades têxteis provenientes das matérias primas mais rudimentares (*ibid.*).

Fruto de diversas experiências, feitas num processo evolutivo e complexo de descoberta e aplicação de novos materiais, estes primeiros abrigos avançaram para o registo doméstico da casa-pátio, onde a ideia de recinto passou a ser materializada a partir de um muro sólido, feito de pedra, tijolo ou adobe, que organizava a delimitação do recinto (*id.*, p.159). Segundo estas perspectivas, são identificáveis duas formas de elementos definidores de limite, a primeira, correspondente à colocação de elementos de sentido vertical, confinando o recinto da cabana e dos territórios tribais, e uma segunda, traduzida pela casa pátio, compreendida através da presença dos muros, de sentido horizontal, que a ladeiam (Guisado, 2000, p.169).

Neste sentido, constata-se que, para lá das substâncias materiais, o próprio acto de delimitação resulta em algo de carácter espacial, aspecto que se procura aprofundar à luz dos princípios defendidos pelo autor que se segue.

Eugénio Trias (**Franja**)

O catalão Eugénio Trias dedicou-se ao pensamento acerca do conceito de limite, traçando um caminho de teor filosófico, no seguimento de abordagens anteriormente feitas por alguns autores, como Kant, Heidegger ou Wittgenstein. Porém, Trias conferiu à filosofia do limite, uma profundidade ontológica, através da introdução da questão do “ser” do limite, por via de uma reflexão denominada pelo próprio como “razão fronteira” ou “ser fronteira” (Muñoz, 2005). À luz de *Lógica del limite* (1991), obra seminal de Trias, o limite representa uma fronteira entre o ser

e o “mundo” da sua existência, e o que está para lá dessa fronteira, atribuindo a estes campos, um sentido de experiência humana.

Nesta obra de Trias, o conceito de mundo refere-se a tudo o que há e é palpável, mensurável e percebido, sendo que se assume que o que existe é a realidade ou coisa intramundana (Sucasas, 2003). No seguimento deste raciocínio, Trias lança a ideia de “cerco”, ampliando o espaço do que há para lá do estritamente mundano.

O termo cerco é assim encarado segundo uma noção topológica de delimitação, onde cercar corresponde ao acto de traçar limites, separando o cercado de um espaço exterior a este, pelo que se pressupõe uma ideia de pluralidade, dentro e fora, isto é, mais para cá e mais para lá da fronteira divisória (*ibid.*).

Segundo o autor, o Homem encontra-se perante dois cercos, o “cerco do aparecer” e o “cerco hermético”, situando-se numa **franja** intersticial, localizada entre ambos, correspondente ao ser fronteiro (Muñoz, 2005). Trias atribui ao mundo concreto a designação de cerco do aparecer, território onde tem lugar todo o acontecimento físico, linguístico, racional e passível de adquirir experiência no âmbito do que se conhece, possível de ser colonizado pelo discurso (Sucasas, 2003). Por outro lado, o cerco hermético representa tudo o que transcende o mundo concreto, correspondendo ao domínio do enigmático e do desconhecido, representando, porém, o fundamento para a compreensão da experiência da existência humana.

Segundo Trias, o limite é um espaço habitável, através do qual se abre a possibilidade do sentido e da significação (Pinto, 2007, p.23). Ao transportar este conceito para a arquitectura, Trias faz uma referência análoga, com o intuito de o clarificar, traduzindo-o num exemplo mais concreto, que se prende com *limes*, termo originário de limite.

Trias toma como exemplo a época do Império Romano, a partir do qual é possível compreender os princípios gerais, nos quais se funda a noção de limite (Meana, 2013, p.28). Para os antigos romanos, a fronteira materializa o lugar próprio entre o conhecimento e a ordem, coincidentes com a cultura romana e o desconhecido, ligado ao território – “...*El limes era considerado una zona estratégica que permitía establecer tres cercos: por un lado los barbaros del exterior, por otro el cerco como territorio propio y un tercero, de los “civilizados” del más acá. [...] En el mundo podía habitar el ente investido de razón, de derecho, de lenguaje, de cultura. Más allá habitaban los bárbaros, seres extraños, extranjeros, todavía en estado silvestre, sin formar, sin cultivar, sin ley. El mundo tenía, pues en el límite su frontera, frontera entre razón y sinrazón, entre cultura y naturaleza, entre ley y selva*” (Esteban, 2013, p.15).

Desta maneira, o que estava dentro da fronteira era encarado como mundo habitado e habitável, dentro de tudo o que existe, enquanto que o que se encontra fora da fronteira corresponde ao desconhecido. Esta noção de *limes*, que evolui para limite, abrange os dois lados, uma vez que possibilita a sua união, como também pontua a diferença entre ambos (Meana, 2013, p.28).

Foi com base neste princípio que as fronteiras do Império Romano foram sendo progressivamente estabelecidas, assumindo a urbe como mundo, isto é, todo o território conhecido, dentro do qual o Homem fazia morada, vivendo, constituindo família, contruindo casa e criando raízes. Dentro do “mundo”, decorriam as acções em conformidade com as leis e convenções estabelecidas, dentro do domínio do considerado humanamente mesurável (*ibid.*). O outro lado, isto é, o que se encontrava além-fronteiras, continha o estranho e o mistério, uma vez que correspondia ao que estava fora do conhecimento e do humanamente mesurável e concebível, constituindo simultaneamente um fundo permanentemente presente, que permitia o acontecimento das coisas dentro do limes, isto é, dentro do mundo (*id.*).

Retomando a aplicação dos princípios de Trias ao campo arquitectónico, este acrescenta, contudo, que o que está para lá da franja limítrofe, ou seja, o cerco hermético, pode ser alcançado por via simbólica, com recurso a incisões e aberturas no limite (Muñoz, 2005). Deste modo, verifica-se que a perspectiva de Trias abre a hipótese para que o limite deixe de ser encarado como uma barreira e ofereça a possibilidade de ser transposto (*ibid.*) assim que o Homem compreenda o que está para lá do limite. Quando compreendido, este passa também a ser mundo, por acção do limite, assumido como franja habitável e móvel que ao confrontar assim o campo hermético (Grave, 2003, p.221), o conquista e o torna habitável. Em consequência do ser do limite, que quando ampliado ou expandido constitui uma porta, o mundo faz com que o sujeito fronteiriço tenha morada na camada seguinte do que está para lá do limite, ou seja do que constituía parte do cerco hermético (Muñoz, 2005).

Jorge Cruz Pinto (**Volume**)

Essencialmente voltada para a presença e manifestação do conceito de limite na experiência da obra arquitectónica, a obra *O Espaço-Limite – Produção e Recepção em Arquitectura*, da autoria de Jorge Cruz Pinto, faz uma abordagem a esta noção por via da sua percepção e reconhecimento volumétrico. Segundo Cruz Pinto, o espaço e o limite são noções

sobre as quais se reconhece uma interdependência, pelo que, antes de apresentar a sua abordagem ao limite, o autor expõe primeiramente alguns esclarecimentos contextuais, referentes ao conceito de espaço.

Utilizado livremente em diversas e sucessivas situações, a noção de espaço sofre de um excesso de uso, onde na grande maioria dos casos é empregue sem uma aplicação filosófica ou científica consciente, o que acaba por gerar ambiguidades e diferentes interpretações, muitas vezes associadas a palavras como interior, vazio, lugar ou atmosfera, resultando na banalização e perda do seu significado (Pinto, 2007, p.21).

A aplicação do termo espaço foi algo recorrentemente presente na área vocabular partilhada pela ciência e pela filosofia. No entanto, só passou a integrar a estética alemã no século XIX, por intermédio de autores como Hilderbrand, Lipss ou Schamarsow. Este último debruçou-se sobre o significado do termo espaço, desenvolvendo uma teoria que apresentava a ideia espacial associada à forma espacial, sendo esta última a representação da materialização conformada da primeira (*ibid.*).

Já no séc. XX, o conceito de espaço foi amplamente debatido e considerado, pelos teóricos do movimento moderno, como a questão essencial da Arquitectura. Na sua obra, Pinto cita dois pensadores seminais do movimento moderno, fazendo referência a Giedion, que defendia que a “essência do espaço se encontra, sobretudo, na interacção dos elementos que o limitam”, e a Zevi, “que ao falar do protagonismo do vazio espacial, sustenta preferencialmente a «experiência arquitectónica» de um edifício no valor da sua espacialidade interior através da delimitação dos vazios” (*ibid.*).

Como campo infinito, o espaço é invisível e intangível, dentro do qual o observador assimila os aspectos estereotómicos e tectónicos, percebendo os elementos físicos e subtis contidos neste, através dos limites construídos pela “caixa arquitectónica” - cubicagem - sobre os quais se conforma o espaço, onde o vazio se configura através da apreensão do “fundo-limite”. Partindo desta ideia de cubicagem, Jorge Cruz Pinto propõe uma leitura do conceito de limite por via da caixa arquitectónica, uma espécie de **volum**e invisível definidor do espaço, associado à percepção do ser humano. Esta pressupõe a existência de elementos físicos, ligados não só à definição básica de limite, articulada com a parede ou muro, mas também a outros elementos de carácter mais subtil, nomeadamente vãos, portas, janelas ou pórticos, que permitem a simultânea separação e união entre espaços de natureza distinta.

Neste sentido, a obra arquitectónica é o motor que estimula as informações sensoriais implícitas na forma, na materialidade, nas valências de uso e relação com o meio onde estão inseridas (*id.*, p.17), onde o “limite separa e define a extensão espacial aberta, exterior e

infinita, do espaço interior e finito em que se define a caixa” (Pinto, 2007, p.14). O espaço é apenas compreensível e mesurável através da percepção dos limites ou das barreiras materiais que o definem, elevando a arquitectura à arte de delimitar e conformar o espaço habitável (*id.*, p.21). Esta fá-lo, adequando e adaptando intenções e propósitos com determinada finalidade, usando a plasticidade específica de cada materialidade (*id.*, p.23).

O conceito de limite, contempla assim a barreira construída ligada à percepção do espaço fronteiriço, de mediação entre exterior e interior (*id.*, p.24), pressupondo a existência de matéria associada às qualidades formais expressivas e à razão construtiva, determinadas por aspectos tectónicos e pela geometria (*id.*, p.25).

Porém, o discernimento relativo às diferentes barreiras físico-perceptivas só se torna evidentemente claro quando o limite transforma o campo diferenciado, abrindo-o a níveis intermédios de percepção, que vão desde o elemento fechado, à simples linha definida pela proximidade, uma vez que também esta constitui um limite, ainda que de natureza subtil (*id.*, p.27). O limite não se restringe somente a elementos físicos delimitados pela barreira construída, mas abrange também os aspectos subtis que influenciam igualmente a espacialidade, facto que permite concluir que o limite de algo não está “onde essa coisa imediatamente termina ou começa, mas sim onde essa coisa manifesta a sua presença no exterior envolvente que também ajuda a conformar e que interactua com as demais existências em termos de tensões de campo” (*id.*, p.29).

À medida que Cruz Pinto descodifica os temas presentes na ideia de limite, por via dos elementos e das subtilidades que contribuem para lhe dar forma, este vai introduzindo simultaneamente, diversos exemplos presentes na arquitectura, nomeadamente no que se refere aos limites de natureza subtil. Dentro do vasto leque de exemplos, encontram-se várias circunstâncias espaciais de transição, definidoras de limite, que vão desde a presença de elementos estruturais como o pórtico, o arco ou a coluna, passando por diferenças de pé direito, ressalto nos degraus ou diferenciações de pavimento, até ao jogo de opacidade e transparência, traduzidos na utilização de planos ou de uma simples cortina, contemplando ainda a manipulação de diferentes valores lumínicos num determinado espaço (*id.*, p.32).

Perante a visão apresentada por Jorge Cruz Pinto, cujo foco se direcciona para um registo tendencialmente aplicado à obra arquitectónica, conclui-se que a definição de limite abrange uma complexidade devido à multiplicidade de tensões no que toca à pontuação, delimitação e transição entre diversos âmbitos espaciais. Dentro da obra arquitectónica, o entendimento do limite pressupõe uma libertação conceptual, abrindo espaço à compreensão deste por meio não só de limites físicos, como também metafísicos, sensoriais e psicológicos, consoante a experiência

que a obra estimula no sujeito arquitectónico.



Figura 13 - Fragmento da Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição

3. De limite fechado a limite aberto

Com o capítulo anterior constatou-se que a aplicação do conceito de limite na arquitectura é bastante abrangente e complexa, possuindo diversos meios que manifestam a sua presença. O entendimento da noção de limite contribui para a formulação do quadro geral dos seus aspectos compositivos (superfície, vão, soleira, portal, entre outros), que estabelecendo a distinção, pontuação e transição entre diferentes âmbitos espaciais, constituem parte deste conceito unitário, que por sua vez se materializa no espaço arquitectónico (Pinto, 2007, p.13).

Para o presente caso de estudo, interessa retomar a noção arquitectónica de limite, ancorada fundamentalmente na ideia de barreira construída, identificando os constituintes do limite presentes neste. A Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição está associada à ideia de limite, a partir de uma perspectiva de barreira física murária, que traduz o limite fronteiriço e medeia o exterior desta, correspondente a todo o território que envolve o perímetro exterior aos respectivos muros, do seu interior, que por sua vez é definido pelo território intramuros.

3.1 O Muro

No que toca ao caso de estudo referente à Cerca, o muro é, dentro dos constituintes do limite, o elemento arquitectónico dominante, assumindo uma realidade física que conforma e define o espaço, através das “forças interiores de operações plásticas e elásticas que agem na sua própria materialidade, e por forças exteriores de uso e de vivência que actuam no espaço sob a forma de tensões” (*id.*, p.25).

Enquanto elemento definidor do espaço arquitectónico, o muro atribui a este um sentido concreto e material, adicionando a realidade das três dimensões, comprimento altura e profundidade (Guisado, 2000, p.188), à perspectiva conceptual de limite.

Associado à ideia estereotómica, o muro contínuo apresenta uma presença robusta, sólida e espessa, possuindo uma relação com a construção realizada *in situ*, fazendo um aproveitamento e uma gestão dos recursos provenientes e extraídos do próprio local, que posteriormente são transformados e trabalhados (*ibid.*). Contudo, o valor do muro não se resume a um elemento construtivo. Subjacentes a este, formulam-se e estabelecem-se ideias arquitectónicas de carácter abstracto, que conferem, simultaneamente, uma dimensão física e

conceptual à matéria murária (Guisado, 2000, p.11).

Como mencionado no capítulo anterior, dos quatro elementos apresentados por Semper, o recinto é fundamental, uma vez que associado ao lar, assume um papel protector que garante a existência de uma matriz mediadora entre o exterior e o interior (id., p.169). Este intuito protector não é diferente quando aplicado à Cerca, dado que ao longo do tempo, este lugar dedicado ao recolhimento e à contemplação constitui a expressão material de um espaço que se quer isolado. Delimitado o lugar, os muros assumem o papel regulador de relações físicas e visuais, dotando-o de uma vocação sagrada, adquirida pela transformação levada a cabo pelos seus antigos utentes, que o protege do mundo exterior, conotado com o profano, justificando assim a motivação do seu “segredo” e contenção.

Posto isto, verifica-se no muro uma condição de dupla “pele” mediadora de ambos os territórios, que no caso da Cerca modela o dentro e o fora de maneira distinta, cujo uso está conotado com um significado simbólico.

Aspectos compositivos do limite na Cerca

Incorporador das unidades inertes na sua componente física e material aparente, o muro apresenta uma disposição estereotómica destas, ligada não só à razão construtiva, como também a uma intuição plástica e estética.

Este elemento que constitui um todo contínuo possui, no entanto, duas aberturas geradas pela ausência de matéria em dois pontos do muro, criando, no limite, uma ruptura que o torna transponível, sem que a leitura do todo se perca, estabelecendo deste modo uma relação tangível e transitável entre o exterior e o interior da Cerca (Guisado, 2000, p.196).

Esta passagem é anunciada pela presença de um portal, elemento constituído por soleira, ombreira e lintel que realiza a “mudança de um estado de ser aberto, a outro que corresponde ao espaço interior delimitado” (Pinto, 2007, p.24). Por via do seu comportamento estático, os elementos portantes e portados incorporados no portal, definem a sua natureza tectónica e constituem a ancora sensorial que celebra a passagem entre ambos os lados.

“Nas palavras de Mircea Eliade: «A soleira concretiza tanto a delimitação entre o ‘fora’ e o ‘dentro’ como a possibilidade da passagem de uma zona a outra (do profano ao sagrado)»” (ibid.).

Deste modo, a pontuação simbólica entre território privado e público ou sagrado e profano, constitui simultaneamente uma ruptura e/ou ligação, por meio de um vão.

O portal é aqui, o elemento fundamental que propõe uma perspectiva de limite aberto comutativo, através do qual é possível transitar e conhecer o que está para além do limite

fronteiriço, imposto pela Cerca, sendo este a chave que condensa em si a “possibilidade de comunicação e de penetração, de fecho e de controlo ambiental do mundo interior” (Pinto, 2007, p.48).



Figura 14 – Passagem para o interior da Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição

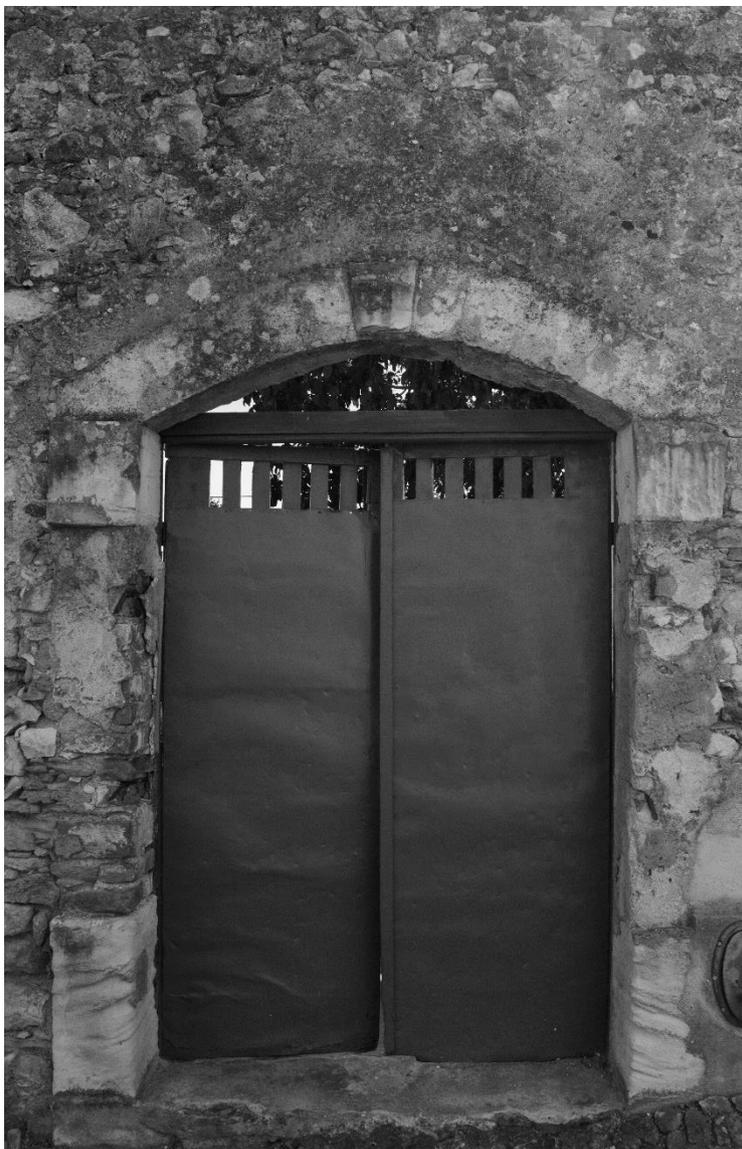


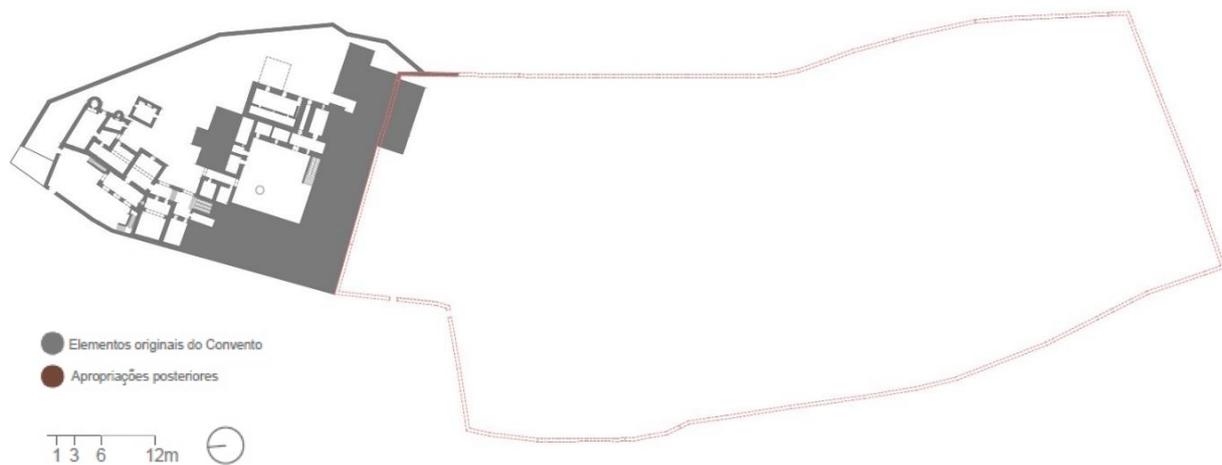
Figura 15 – Um dos dois portais que dão acesso ao interior da Cerca



Figura 16 – Ruptura da Cerca pela passagem da variante

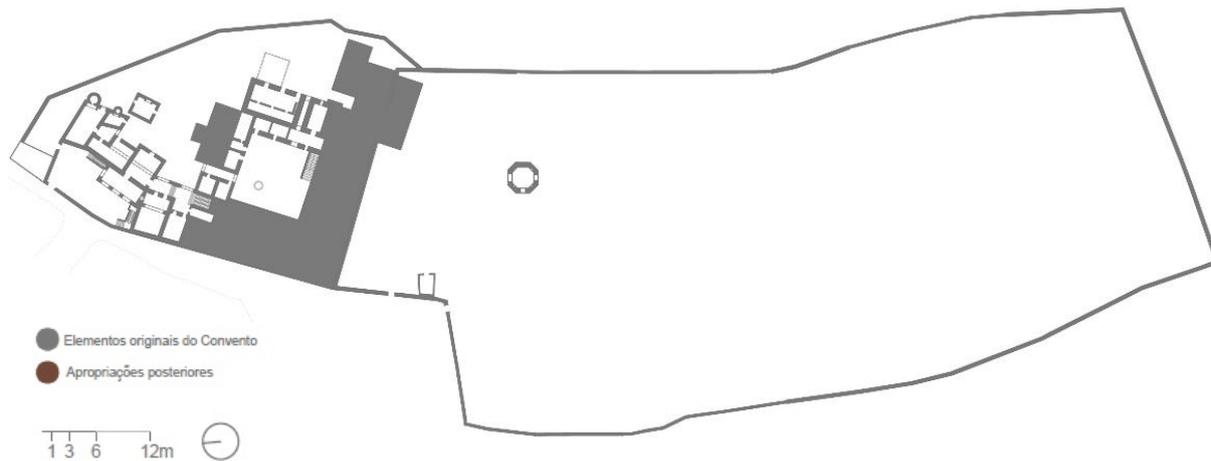
3.2 Evolução e transformação do lugar da Cerca

Implantado ligeiramente abaixo do principal e dominante Convento de S. Francisco, fundou-se, em 1553, o Convento de N.ª Sr.ª da Conceição, que constituído por dois pisos, apresentava a igreja paralela à frente de rua, gerando juntamente com os dormitórios, um corpo com uma disposição em “L”, ladeando a parte sul/poente do claustro. O convento contava ainda com outras dependências como a casa da farinha, um pequeno forno, a casa de amaçaria, e outros espaços como o demonstra a imagem. A Cerca do referido Convento edificar-se-ia nos anos seguintes.



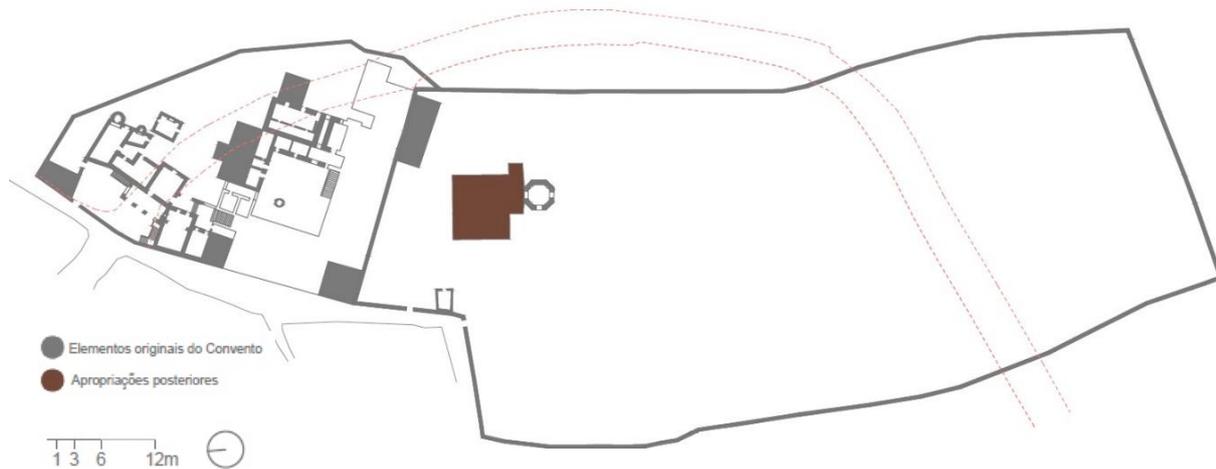
Núcleo primitivo do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição (1553)

Por via da doação do arrabalde vizinho (propriedade conhecida como “Freiria”) concedido pelo rei D. Sebastião, no dia 23 de Maio de 1572, o Convento de N.ª Sr.ª da Conceição via a sua respectiva Cerca já estabelecida e por sua vez, o conjunto monástico consolidado. Criadores deste lugar recintado, os muros deste extenso limite conventual estenderam-se para sul do complexo monástico, acompanhando a topografia irregular, caracterizada por certos pontos de declive bastante considerável, gerada por uma situação de um pequeno vale localizada na parte que tem início no meio e segue até ao limite mais a sul da Cerca.



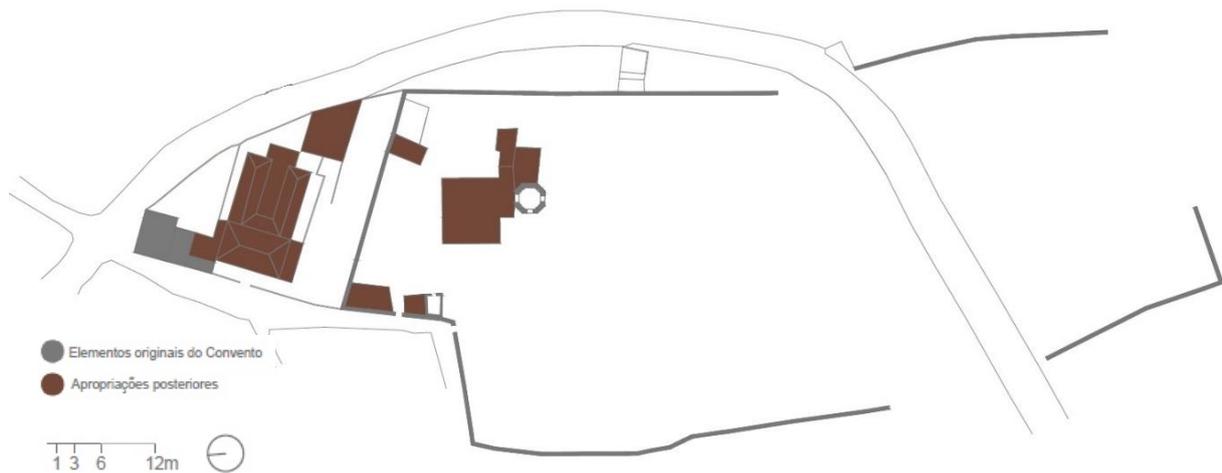
Convento de N.ª Sr.ª da Conceição com a Cerca já edificada (1572)

Após o Terramoto de 1755, que deixou alguns dos espaços do Convento N.ª Sr.ª da Conceição em mau estado, em 1810 as tropas napoleónicas provocaram a ruína parcial do edifício conventual, aquando da sua passagem por Alenquer, durante o período das invasões francesas. Já depois da lei de 1834, accionada pelo Estado, que fizera extintas as ordens religiosas, as ruínas do Convento e a respectiva Cerca foram vendidos em praça pública, passando pela posse de diversos proprietários, assistindo-se a um processo de transformação do antigo território conventual, sobretudo no que diz respeito à Cerca, cujo interior começaria a ser ocupado. No interior desta, verifica-se a presença de duas ermidas, cujo ano de construção e o autor se desconhecem. No entanto, intui-se que tenham sido edificadas ainda durante o período de actividade do antigo Convento, sendo uma prática bastante frequente dentro das cercas conventuais. Com a aquisição da propriedade conventual por parte da família Lafaurie, a Cerca sofreu as primeiras ocupações. Construiu-se um pequeno aglomerado de habitações adjacentes a uma das ermidas pré-existentes. É ainda de referir o plano de abertura da variante de ligação à Vila Alta de Alenquer, que viria a colocar termo às ruínas do Convento e dividir a cerca em duas metades, durante a sua concretização no seguinte século.



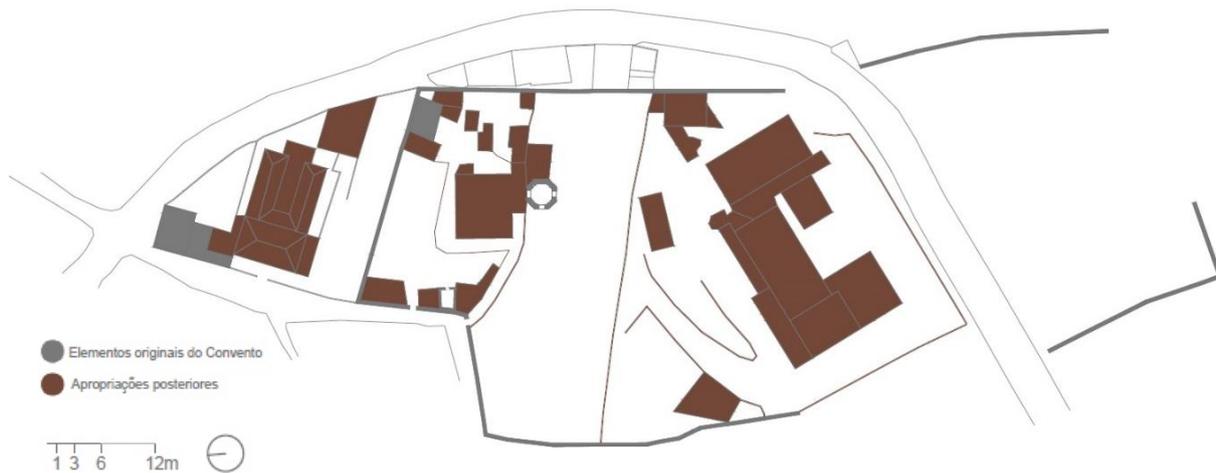
Ruínas do Convento e primeiras apropriações na Cerca (final do séc. XIX)

No início do séc. XX, é levado a cabo a abertura da variante de ligação à Vila Alta, o que incorreu no desaparecimento das ruínas do antigo Convento de N.ª Sr.ª da Conceição, bem como na demolição de troços do muro da Cerca, consumando a abertura deste recinto, outrora fechado. No ano de 1936 é edificada, sob os escombros do antigo edifício conventual, a Cadeia Comarcã de Alenquer, que ocupou maioritariamente o espaço correspondente ao antigo claustro e igreja, restando somente dois edifícios da formação original do Convento e alguns pequenos testemunhos deste. Quanto à ocupação do interior da Cerca, verifica-se a continuação do aparecimento de mais construções coladas às pré-existências originais da Cerca (muros e ermidas). Salienta-se ainda a queda de um troço de muro da Cerca, na parte que delimitava o recinto mais a sul, correspondente ao pequeno vale.



Desaparecimento das ruínas do Convento e divisão da Cerca devido à variante (início do séc .XX)

A partir da segunda metade do séc. XX, verifica-se uma proliferação e um aumento descontrolado de ocupações e de apropriações feitas no interior da Cerca. O pequeno aglomerado de construções iniciado no final do séc. XIX, cresce consideravelmente, ocupando uma área maior. Porém é na década de 80 que o aumento de área construída no interior da Cerca atinge uma maior saturação, com a aquisição de cerca de um terço da área total do referido território, por parte da Santa Casa da Misericórdia, para a implantação de um infantário gerido pela mesma, no ano de 1984. Esta operação propiciou a divisão da parte da Cerca que se encontra acima da variante, em duas metades, a que corresponde ao recinto do infantário e uma outra correspondente à propriedade privada onde se encontram as construções habitacionais e respectivas dependências. Embora com modificações e ampliações pontuais, o actual panorama da Cerca permanece praticamente inalterado desde a construção do infantário, não havendo nenhuma outra transformação significativa, digna de registo.



Panorama actual da Cerca (década de 80 até à actualidade)



Figura 17 – Fotografia actual da Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição

3.3 Mapa de negligências

“(…) o mais fácil será ir desenhando os espaços públicos, sem entender continuidades ou descontinuidades, como se estes fossem automaticamente, geradores de novas sociabilidades, sempre com receio de alguma conotação com a chamada «cidade histórica», considerada modelo irreversivelmente perdido. Este processo intermédio, a que se tem chamado «desenho urbano», vai permitindo aos arquitectos/urbanistas darem o «gosto ao dedo», sem grandes dramas que os obriguem a reflectir mais profundamente ou a ponderar as suas soluções perante os cidadãos” (Costa, 2013, p.15).

As cercas conventuais foram uma presença constante na paisagem rural e urbana. Porém, após a extinção das ordens religiosas no ano de 1834, estes lugares outrora recintados, ficaram desvinculados do seu anterior propósito, sofrendo transformações ao longo dos tempos.

Para a compreensão do futuro que se lhes seguiu, é necessário encarar os primeiros usos atribuídos a estas reservas, inserindo o referido processo “no contexto político, social e cultural de meados do séc. XIX, quando apenas se começava a desenhar uma consciência patrimonial, e quando o critério para a reutilização destes (...) era o do puro e simples aproveitamento desta “oferta” de espaços para satisfazer algumas das necessidades da “nova cidade” (Marado, 2006, p.39).

Todavia, este processo acarretou diversas consequências para o património herdado das ordens religiosas, incorrendo num considerável número de demolições e mutações que comprometeram a permanência destes espaços (não só no território, como também na memória colectiva das gentes) em nome do suposto desenvolvimento e progresso da cidade, descurando na maioria dos casos, um *modus operandi* que levasse a cabo uma abordagem mais consciente e que por sua vez promovesse a continuidade deste legado.

Perante a análise anterior, relativa à evolução cronológica das apropriações e ocupações na Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição, constata-se que também este antigo recinto conventual fora alvo de diversas transformações. Desprovido de qualquer critério ou princípio de ocupação, este lugar assistiu a um crescimento desordenado por via de diversas construções que, de modo aleatório, se somaram periodicamente, sobretudo a partir a partir da segunda metade do séc. XX.

Com a abertura da variante, o que restava da volumetria do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição desapareceu, restando apenas alguns testemunhos muito pontuais, através dos quais ainda é possível manter a memória da existência do Convento.



Figura 18 – Edifícios pertencentes à composição original do Convento, com o cunhal e o arco à esquerda

Mesmo possuindo transformações descaracterizadoras da sua imagem original, restaram do antigo convento, dois edifícios que têm vindo a sofrer alterações, sendo tomados como correntes, o que incorreu numa total desconsideração destes. Num dos dois edifícios é quase impercetível o sentido de pertença ao antigo convento, pelas diversas transformações que já sofrera. A sua adaptação a fins habitacionais resultou num edifício desfigurado, de aparência banal. De elementos datados, ficou somente preservada parte de uma escada exterior, devido à abertura da variante. Já o edifício que lhe é adjacente, possui ainda traços e fragmentos que permitem reconhecer com mais facilidade a sua pertença ao convento, como são os casos dos cunhais de pedra ainda aparentes e o vestígio de parte de um arco em ogiva, presente na empena do edifício.

Além de ter posto fim à estrutura arruinada do edifício que permitia ainda a compreensão do conjunto, a variante dividiu igualmente a Cerca em duas metades, relegando a parte de baixo para um plano secundário, ocasionando o seu esquecimento. Com esta parte dissimulada, o entendimento geral deste conjunto fica comprometido, visto que o antigo traçado da Cerca aparenta ter o seu término na parte de cima, adjacente à variante, resultando numa noção errada no que se refere à sua interpretação.

Já depois da execução da variante que deu início à criação da ruptura e descontinuidade deste organismo monástico, existiram outras tantas ao longo dos tempos que foram ocupando e descaracterizando ainda mais este lugar.

Construções precárias

Iniciadas nos finais do séc. XIX, as primeiras ocupações feitas no interior da Cerca foram constituídas por um pequeno casario que se foi colando a uma das ermidas pré-existentes, crescendo sucessivamente em adições fragmentárias. Gerida por privados desde o início da sua ocupação, a parte da Cerca correspondente à localização destas dependências habitacionais foi passando de geração em geração até aos dias de hoje.

Contudo, o quadro triste desta porção de território, de que é exemplo o presente estado deplorável destas dependências, evidencia não só um notório desconhecimento, com também um total descrédito pela essência deste lugar e respectiva manutenção, bem como pelos seus poucos residentes, que à data deste escrito se resumem a dois casais de inquilinos.

Além dos problemas enunciados anteriormente, relativos ao crescimento fragmentário e aleatório desta porção, as condições destas habitações são mínimas, apresentando maioritariamente problemas de qualidade espacial e deficiências construtivas, causadas por



Figura 19 – Estado actual das construções presentes no interior da Cerca



Figura 20 – Habitações e dependências devolutas no interior da Cerca

negligência ou falta de manutenção. A situação actual de algumas dependências encontra-se em muito más condições, estando inclusive algumas delas a céu aberto e outras em estado devoluto total.

Ermidas

Como anteriormente referido, a existência de duas ermidas no interior da Cerca leva a intuir que a edificação de ambas remonte ainda ao período de actividade do Convento de N^ª Sr^ª da Conceição, sendo por isso classificáveis como peças datadas, originárias da época do conjunto deste organismo conventual. Porém, a caótica ocupação das sucessivas construções anexadas e sobrepostas a estas não só resultaram na dissimulação e/ou secundarização das suas volumetrias, como alguns aspectos e testemunhos da aparência original ficaram comprometidos, vindo a diluir-se lentamente no tempo.

Totalmente desfigurada, uma das duas ermidas já não conserva a mesma dignidade de outrora, uma vez que, tomada por uma construção banal pré-existente, foi tratada pelos seus utentes como uma arrecadação.

A segunda ermida corresponde a uma curiosa peça de volumetria octogonal, com uma cobertura a “oito águas”, coroada por um pequeno zimbório. Na primeira metade do séc. XX, a força da pontuação territorial imposta pela sua volumetria no interior da Cerca veio a perder-se, resultando na secundarização do seu todo, devido à adição de uma casa colada à face nascente da sua volumetria octogonal. Infelizmente, é patente uma vez mais o desconhecimento e a negligência que acabaram por tomar conta desta ermida. Ainda que esta preserve alguns frescos e grande parte da sua estrutura original, carece de obras de restauro e conservação.

Infantário da Santa Casa Misericórdia

A implantação de um infantário dentro de uma antiga cerca conventual sugere uma ideia bastante estimulante, uma que vez o referido território proporciona o usufruto de uma vasta área, pontuada por árvores, disponível para as mais diversas actividades dos utentes, que têm lugar num espaço livre, recintado por um elemento protector.

Em 1984, a Santa Casa da Misericórdia comprou um terço do território da Cerca, construindo um infantário entre o limite da variante e a propriedade privada correspondente ao aglomerado urbano. No entanto, ao observar o território em questão, verifica-se que a implantação do edifício foi, à semelhança das ocupações e adições referidas anteriormente, mais



Figura 21 – Ermida com construção habitacional adjacente



Figura 22 – Recinto do Infantário da Santa Casa da Misericórdia no interior da Cerca

um exemplo de uma atitude aleatória que não privilegiou a matéria do lugar, nomeadamente ao nível do diálogo com as suas pré-existências. A implantação do edifício demonstra uma indiferença à presença do recinto murado que a envolve, o que denuncia uma falta de compreensão e reflexão relativas ao antigo traçado total da Cerca. Esta estabelece uma barreira física entre as duas metades da Cerca, divididas aquando da abertura da variante, ao invés de preservar uma leitura contínua do todo. Para além disto, ao longo dos anos a gestão do infantário tem feito pequenas ampliações dentro do recinto exterior da sua propriedade, o que incorreu na adição de mais fragmentos dispersos, reforçando o seu contributo para a ausência de um sentido unitário e de conjunto entre as partes e o seu todo.

Perante os aspectos que têm sido apresentados ao longo do presente capítulo, constata-se que estes desencadearam uma considerável contribuição para a descaracterização e perda da identidade e do “espírito” deste lugar, apartando-o da memória colectiva de grande parte das gentes alenquerenses, o que em nada dignifica a dimensão sagrada de outrora.

Retomando o excerto inicial da autoria de Alexandre Alves Costa, os exemplos anteriores relativos à Cerca, constituem os principais casos denunciadores de inconsciência, ignorância e desvalorização relativas a um território que se considera especial. Acredita-se que este mereceria uma leitura significativamente mais profunda, que conseguisse descriptar todas as mutações realizadas e assimiladas ao longo do tempo, culminando num gesto consciente, informado e crítico que propusesse corrigir todas as negligências, erros e situações estranhas, presentes neste lugar.



Figura 23 – Vista actual da vila de Alenquer

3.4 Proposta de Intervenção

Quadro actual da vila de Alenquer

Longe do seu período áureo industrial e da importância na ligação Lisboa-Porto pela antiga estrada nacional n.º1, a vila de Alenquer é hoje um território periférico a vários níveis. Construída num aglomerado urbano disposto numa paisagem de vale, Alenquer é um lugar essencialmente habitacional, que observa os aspectos comuns a uma pacata vila portuguesa, onde são ainda patentes os hábitos rurais. Longe de um carácter próprio da metrópole, o quotidiano dos alenquerenses é vivido maioritariamente na Vila Baixa, principal ponto de afluência das gentes, onde se localiza a maior área de comércio, serviços e espaço público dentro do vale onde se insere a vila.

Contudo, esta circunstância acabou por incorrer num dilema bastante actual, que corresponde ao esquecimento e abandono progressivo dos centros históricos, do qual Alenquer, em especial a parte confinada à Vila Alta, é exemplo.

Condicionada pela topografia, a malha urbana evoluiu em direcção ao rio de Alenquer, descendo a encosta até à Vila Baixa, esgotando a sua possibilidade de expansão. Seguido disto, no séc. XIX, um grupo de burgueses estrangeiros criou um respeitável monopólio industrial na vila, implantando fábricas adjacentes ao rio de Alenquer, alimentadas pelo forte caudal de outros tempos. Embora longe de acompanhar o dinamismo económico-industrial do quadro europeu, o sector industrial foi responsável por um impulsionamento da economia na vila, factor que arrastou progressivamente a população da Vila Alta para a Baixa, contribuindo para que esta última se tornasse no centro da vida urbana de Alenquer. Como tal, este aspecto secundarizou a presença e segregou a vivência do seu centro histórico, resultando não só no abandono e degradação do património como também no envelhecimento da sua população.

Além da evolução do tecido urbano da vila ter ficado comprometido pela topografia acidentada, esta acabou também por constituir uma condicionante no que se refere à acessibilidade e deslocação pedonal dos habitantes, em especial a população idosa, que na sua maioria, reside na Vila Alta.



Planta da proposta de grupo (redução da escala 1/2500)

Proposta de grupo

Dadas as características apontadas no diagnóstico anterior, o projecto para o lugar da Cerca, decorre de um olhar crítico sobre a condição actual da vila de Alenquer, que se focou com maior incidência no ponto que diz respeito às dificuldades de acessibilidade à cota alta, factor que também motiva a escassez de vida urbana no centro histórico, contribuindo para a sua secundarização e abandono.

Ao olhar para o território em questão, verifica-se a existência de poucos acessos de ligação entre ambas as cotas, que além de possuírem uma forte pendente, são vocacionados para a circulação rodoviária, situando-se nas “pontas” da vila ou nas “costas” desta, distantes do centro da vida urbana na Vila Baixa.

Dadas as premissas anteriores, o raciocínio de actuação baseia-se na procura de um percurso que articule, de modo mais confortável, célere e central, ambas as cotas da vila. Com o seguimento do trabalho, encontrou-se um pequeno vale, correspondente a uma linha de água, perpendicular ao rio de Alenquer, que possibilita essa articulação. Por sua vez, esta “espinha” central (assinalada a vermelho na planta), toca nos dois “nervos” que balizam o percurso, os quais correspondem aos trabalhos desenvolvidos que compõem a estratégia delineada em grupo.

O ponto que baliza o percurso do lado da encosta exposta a poente corresponde a uma casa antiga, de características pré-pombalinas, que pela posição privilegiada e sobranceira que dispõe na vila permitia ao marquês de Alenquer controlar o território. Perante o actual estado de abandono, além da reabilitação da casa, delineou-se conjuntamente, um corpo vocacionado para alojamento local, recuperando a memória das antigas albergarias adjacentes ao longo da N1, visto que a casa partilha da mesma circunstância. Aliado a isto, este projecto contempla uma articulação entre a cota de cima e a cota de baixo.

Do lado oposto, na encosta exposta a nascente, encontra-se o outro ponto, correspondente ao lugar da Cerca, dividido entre o pequeno aglomerado de habitações e o recinto do infantário da Santa da Misericórdia. Além do projecto de um novo edifício para o infantário e da reestruturação do recinto exterior da Cerca, pretende dar-se continuidade à ligação entre a cota da vila Baixa e da vila Alta, por intermédio de um percurso público que atravessa o interior da cerca, cumprindo os princípios definidos na proposta de grupo.



Abordagem ao projecto individual

Além da implantação do projecto, a planta à esquerda reúne uma síntese que permite compreender a matéria que o integrou, expondo os principais dados que lhe serviram de base, desde o contexto urbano que lhe é próximo, passando pelas pré-existências - muro da Cerca e Ermida - até à inclusão de uma espécie de palimpsesto do antigo Convento de N.ª Sr.ª da Conceição. Paralelamente, este processo é decorrente da reflexão sobre o limite, sendo o entendimento deste espaço informado pelas três noções estudadas, provenientes do referido conceito - **recinto, franja e volume**.

Dada a presente situação deste lugar, exposta ao longo deste capítulo, o novo projecto assumiu a demolição do actual edifício do infantário, justificada essencialmente pela autonomia indiferente que este tem com a envolvente e o meio em que se insere, coibindo a compreensão total do antigo traçado da cerca conventual. Além deste factor, o actual complexo apresenta diversas carências de qualidade de espaço e problemas ao nível do programa.

É também de referir a demolição de todas as construções precárias do aglomerado habitacional da Cerca, uma vez que se assumiu a aquisição de toda a propriedade por parte da Santa Casa da Misericórdia. Deste modo, procedeu-se à “limpeza” deste lugar, preservando unicamente as pré-existências datadas, isto é, os muros da Cerca e a ermida.

Primeiramente encarada como ideia de **recinto**, a aproximação à Cerca partiu da presença tectónica materializada nos muros que protegem o conteúdo deste espaço confinado. Nesse sentido, um dos princípios estabelecidos *a priori* foi o desejo de repor a leitura contínua do traçado total do recinto da Cerca, pelo que foi necessário reflectir sobre uma implantação que possibilitasse essa compreensão. Relativamente a esta, deve ser lembrado que o seu desenho decorreu igualmente da estratégia de grupo, na medida em foi tido em conta a continuidade do percurso de articulação entre a cota baixa e alta da vila, pelo que se delineou um atravessamento público por dentro da Cerca.

Reconhecida a Cerca como recinto e estabelecidas as primeiras premissas, avançou-se para a intervenção, levando a cabo a ideia da coexistência de um novo complexo de jardim de infância com um percurso que lhe é ligeiramente periférico.

Neste processo, é colocada em evidência a ideia de **franja** limítrofe, isto é, o espaço fronteiro que medeia o interior e o exterior da Cerca. A existência de duas aberturas já presentes nos muros pré-existentes, permitiu disciplinar os percursos de entrada no recinto,

consolidando a sua abertura à vila e concretizando a transposição para lá desta franja limítrofe, tornando a Cerca um lugar habitável. Nesse sentido, atribuiu-se o atravessamento público à entrada exposta a sul, uma vez que esta sugere uma circulação longitudinal, ligando a cota de entrada na Cerca à cota abaixo desta, correspondente à variante, que por sua vez se junta com o restante percurso de articulação delineado na estratégia de grupo. No que se refere à entrada exposta a nascente, atribuiu-se a esta, uma vocação semi-pública, vinculada com a entrada na parte pertencente ao jardim de infância.

Definido o carácter das entradas no referido lugar, a abordagem relativa ao desenho do edifício contemplou também uma reflexão sobre o conceito da “caixa arquitectónica” e por conseguinte, do **volume** definidor do espaço habitável.

Subordinado às pré-existências, a implantação do edifício sugere um percurso ao longo do espaço exterior do infantário, estabelecendo relações e apontamentos visuais com estas, procurando devolver a forte presença dos muros da Cerca e da ermida, que é recintada pelo corpo volumétrico.

A organização do volume construído faz-se segundo dois corpos, um deles disposto numa espécie de "L" torcido e outro autónomo, de geometria rectangular. As entradas situam-se nos topos do edifício, sendo que a principal é feita pela cota da variante, e a outra, de cariz mais secundário, é acedida por um pátio escavado, decorrente da entrada semi-pública que dá acesso ao recinto do jardim de infância.

A parte central do edifício contém os espaços de uso colectivo (refeitório e sala polivalente) que por sua vez "alimentam" a parte longitudinal do mesmo corpo - onde se situam seis salas e os respectivos seis pátios - e do corpo autónomo – que possui três salas para crianças até aos dois anos - correspondente ao berçário.

A implantação do edifício organiza o recinto exterior em duas grandes clareiras, localizadas a cotas distintas, unidas por um percurso que vence a diferença de cota. A mais alta, localiza-se junto da ermida, servindo o espaço do berçário e duas salas do corpo horizontal, enquanto que a mais baixa, situada em frente à entrada principal, às restantes quatro salas do mesmo corpo.

O edifício é constituído por três níveis, ligados por uma rampa principal, havendo também a hipótese de acesso pela caixa de escadas ou elevador. O nível da entrada principal contém um átrio com uma recepção e um espaço destinado às crianças que aguardam os pais após a conclusão das actividades. No nível intermédio, acima deste, encontra-se uma galeria que dá

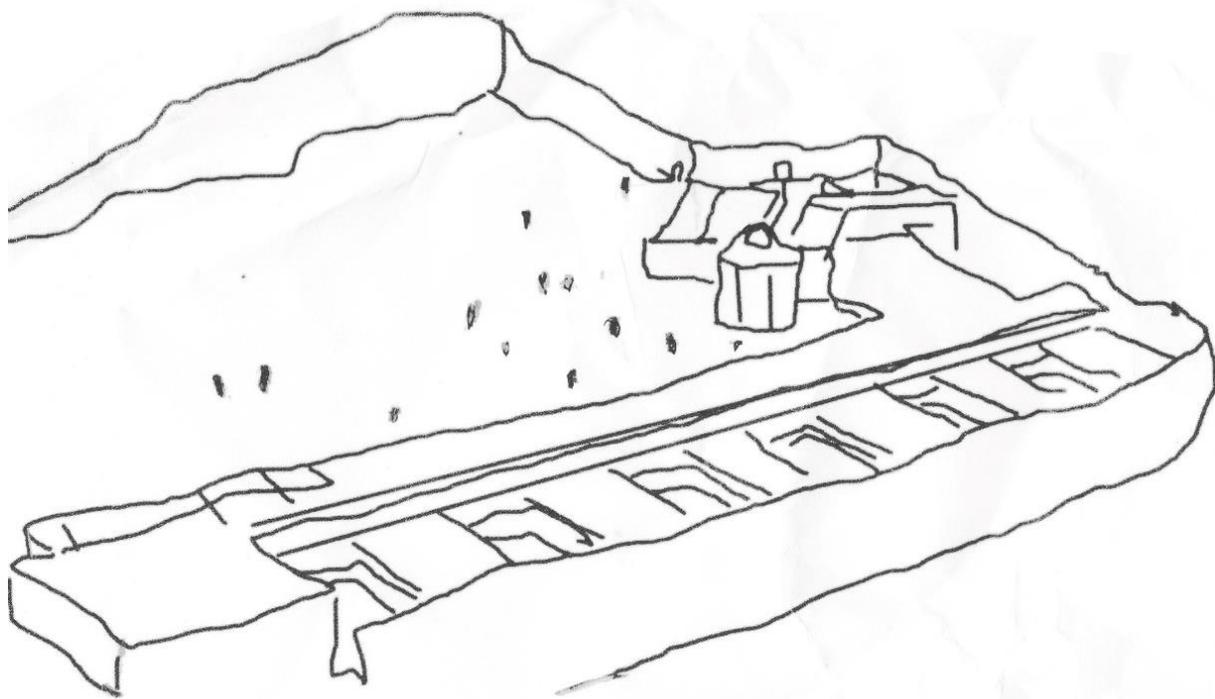
acesso às seis salas dos três aos seis anos, à sala polivalente e à sala das educadoras. A referida galeria é desenhada com um certo intervalo musical, que intercala planos opacos com momentos abertos para os pátios das salas, que além de iluminarem o espaço interior, estabelecem um diálogo visual com o muro da Cerca.

A espacialidade das salas foi desenhada em função de uma reflexão feita em torno do arquétipo do “Playroom” da Casa Estúdio de Frank L. Wright, em Oak Park, caracterizado por um espaço central em abóbada de canhão, de pé direito mais alto, dedicado às actividades colectivas, que por sua vez possui dois nichos laterais, de pé direito mais baixo, que se relacionam com a vista para o exterior, sendo vocacionados para actividades de carácter mais individual. Cada uma das salas possui um pátio que além de garantir a iluminação e ventilação natural, amplia a possibilidade de actividades com as crianças.

No que toca à sala polivalente, esta apresenta uma dimensão considerável vocacionada para diversos usos. Este espaço usufrui de uma iluminação zenital por intermédio de um poço de luz, proveniente do piso acima desta, contendo também um vão aberto para uma porção de terreno que desce ao encontro da sala, numa situação semi-enterrada, estabelecendo uma ligação com a matéria natural que a envolve.

No último nível, encontra-se uma galeria com um longo vão horizontal aberto para a paisagem da vila, que liga a sala da direcção ao refeitório, cuja espacialidade também convive com o muro da Cerca. Este refeitório conta com uma pequena copa de serviço, destinada ao empratamento das refeições externas que recebe.

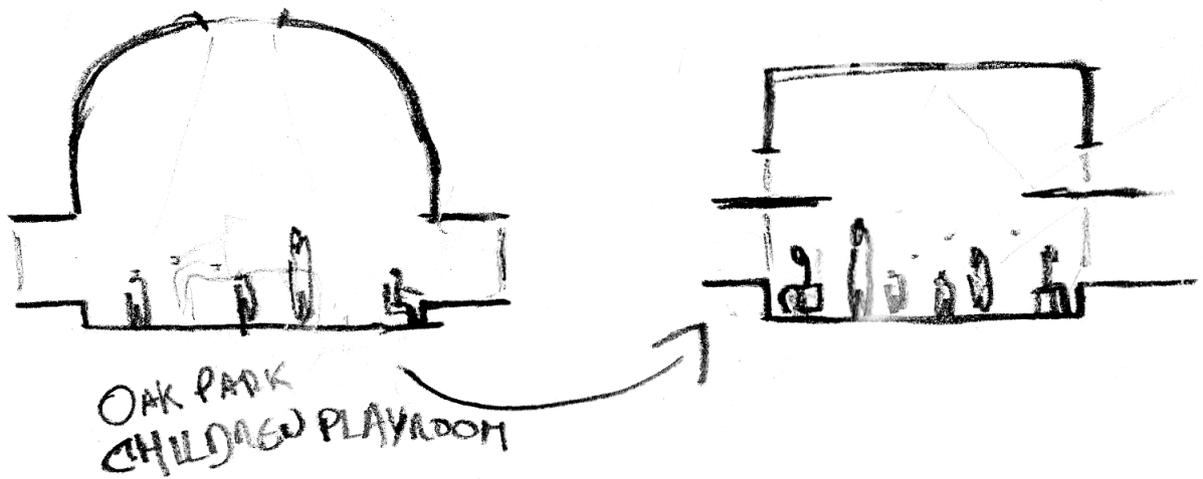
Por último, desenhou-se uma outra rampa que liga o corpo horizontal ao volume do berçário, que contém uma abertura que dá acesso à clareira exterior da cota de cima do recinto. Composto por três salas, abertas para um pátio comum, o berçário beneficia do poço de luz anteriormente mencionado, que garante uma distribuição de luz natural para o interior do volume, que por sua vez culmina no pátio da entrada secundária do edifício.



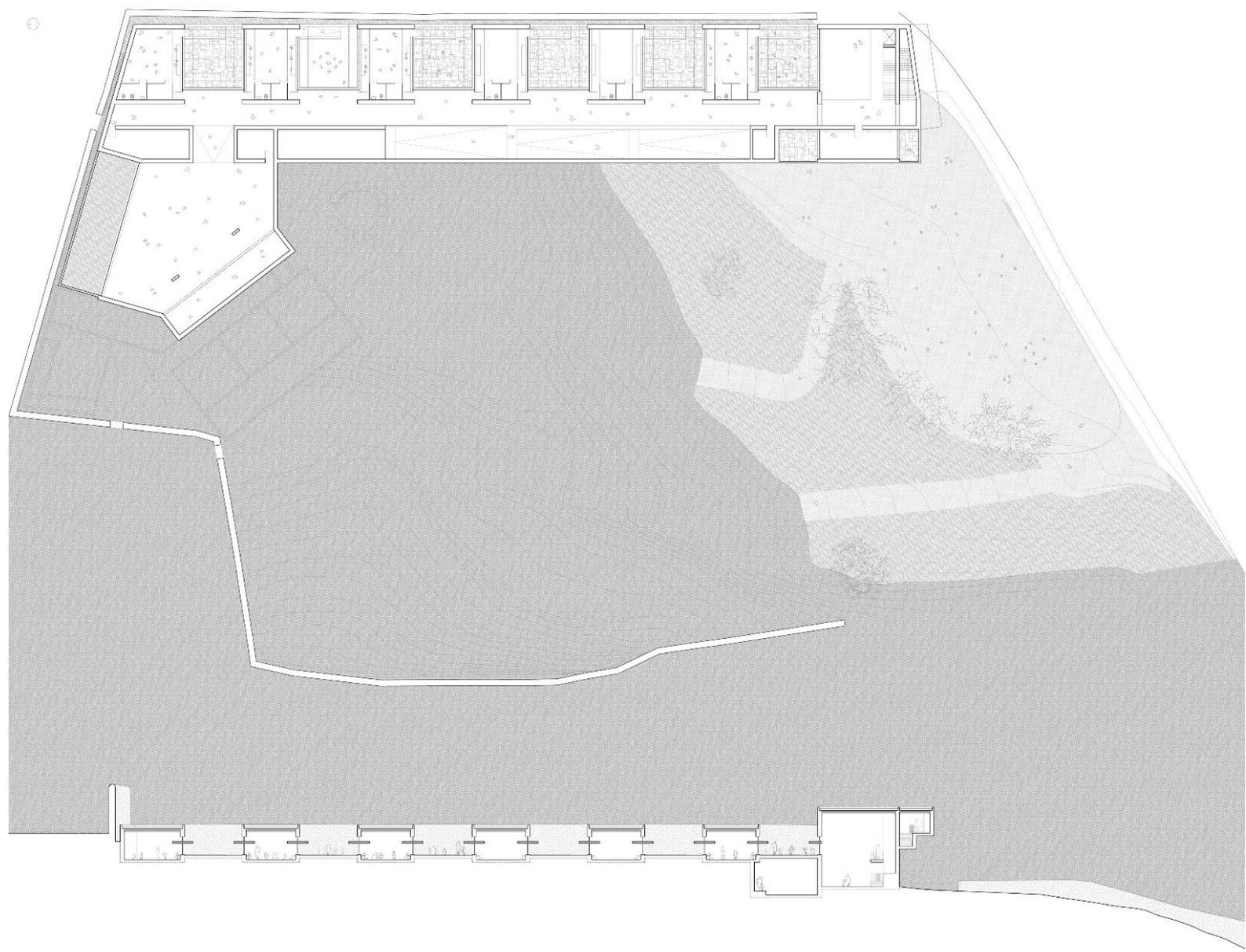
Esquisso geral de implantação



Planta do nível de entada (redução da escala 1/200)



Esquisso do esquema da espacialidade das salas do corpo horizontal



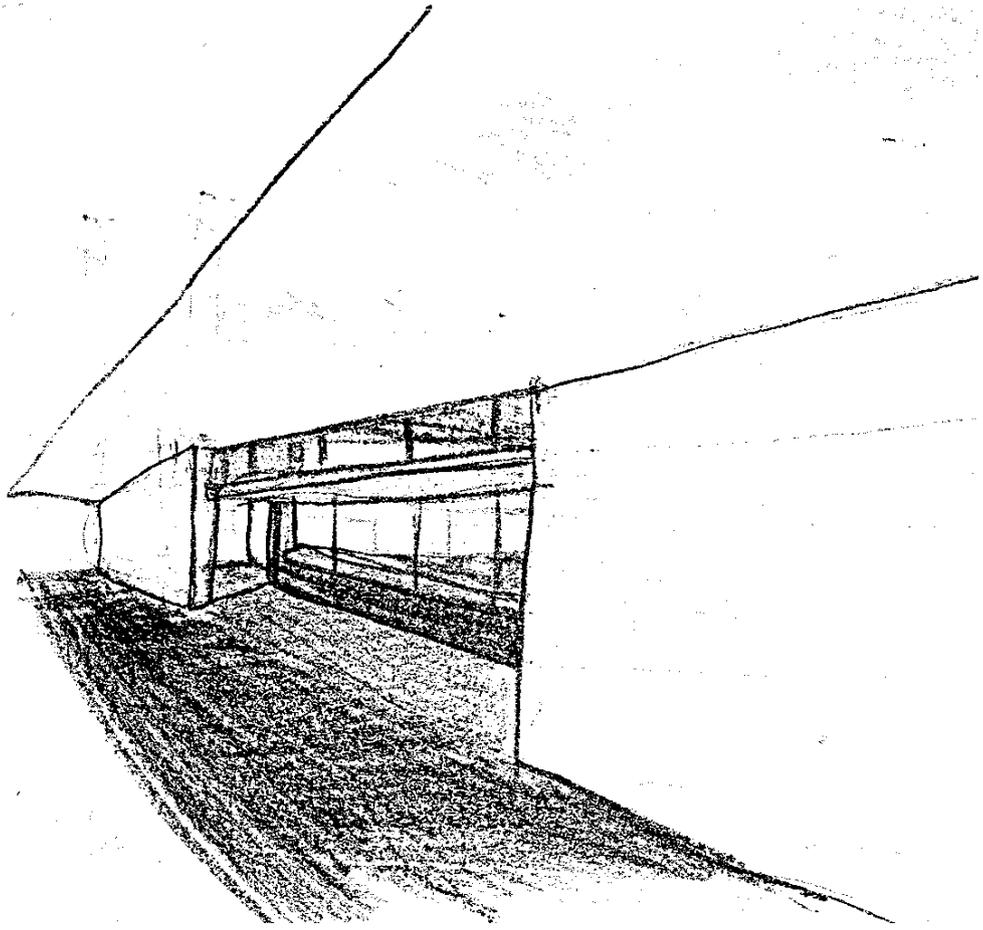
Planta do nível intermédio (redução da escala 1/200)



Fotomontagem do interior das salas do corpo horizontal



Fotomontagem do pátio das salas



Esquisso da galeria, com a abertura para as salas e para o pátio



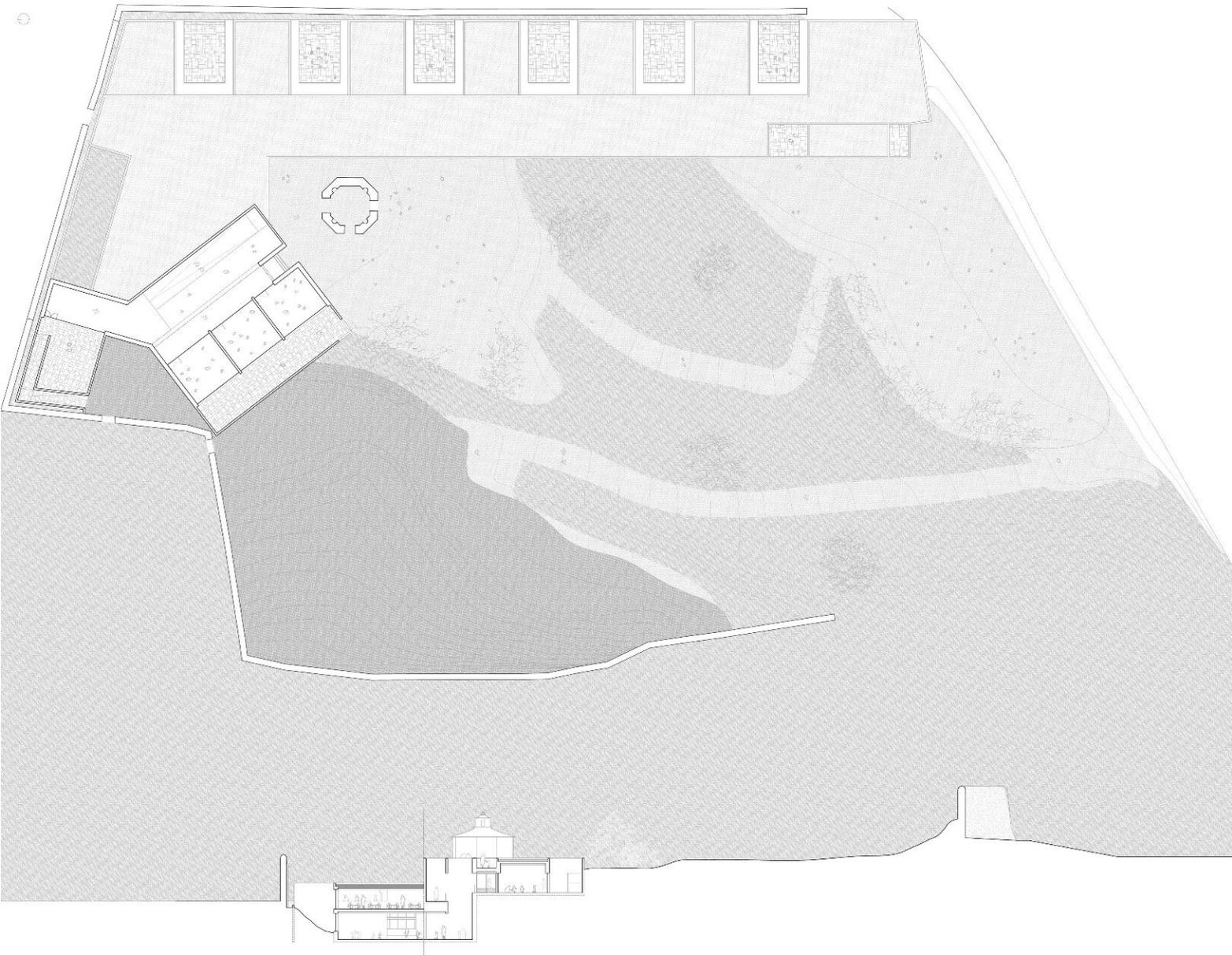
Planta do nível superior (redução da escala 1/200)



Fotomontagem do interior do corpo horizontal do edifício



Fotomontagem da sala polivalente



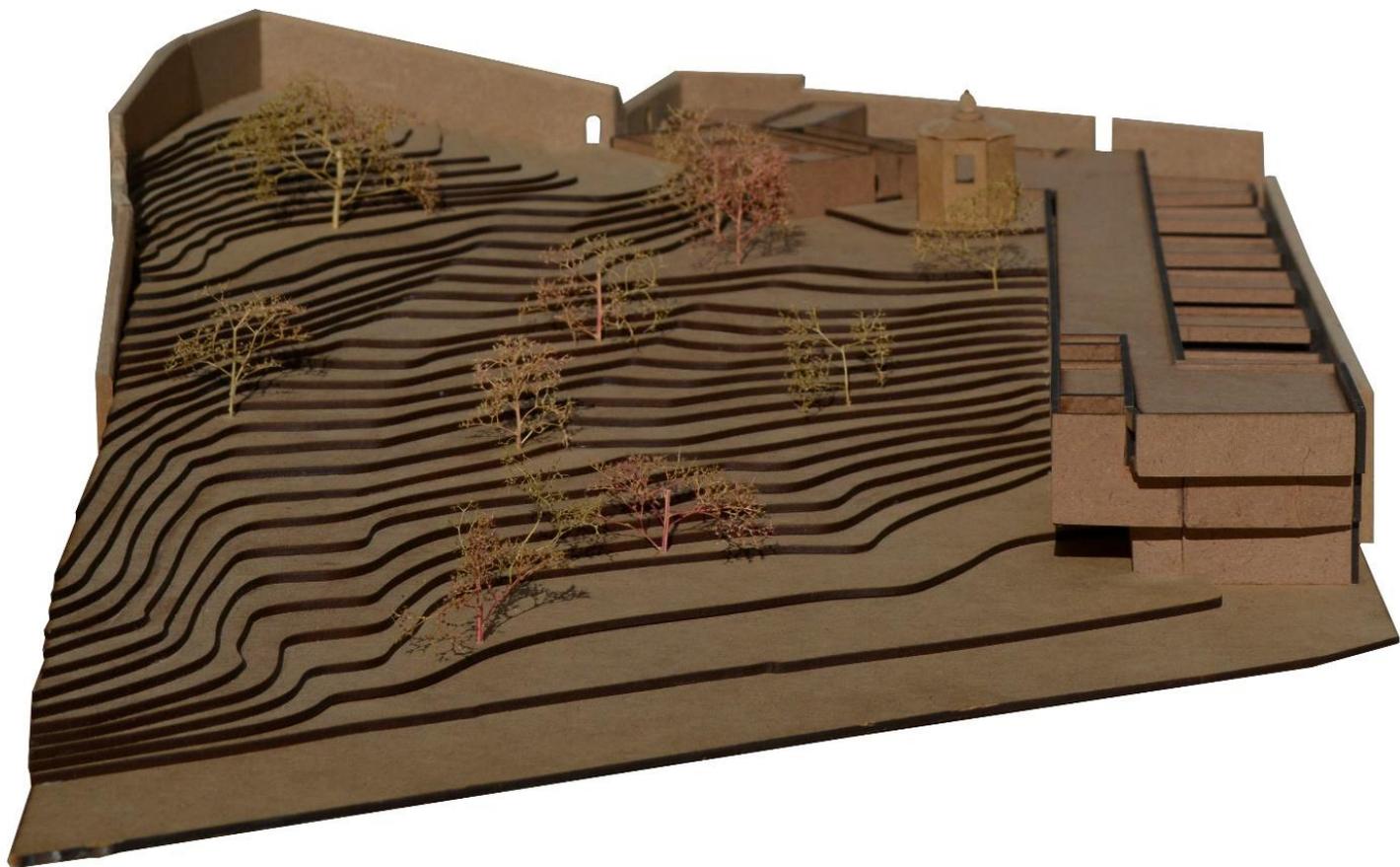
Planta do nível do berçário (redução da escala 1/200)



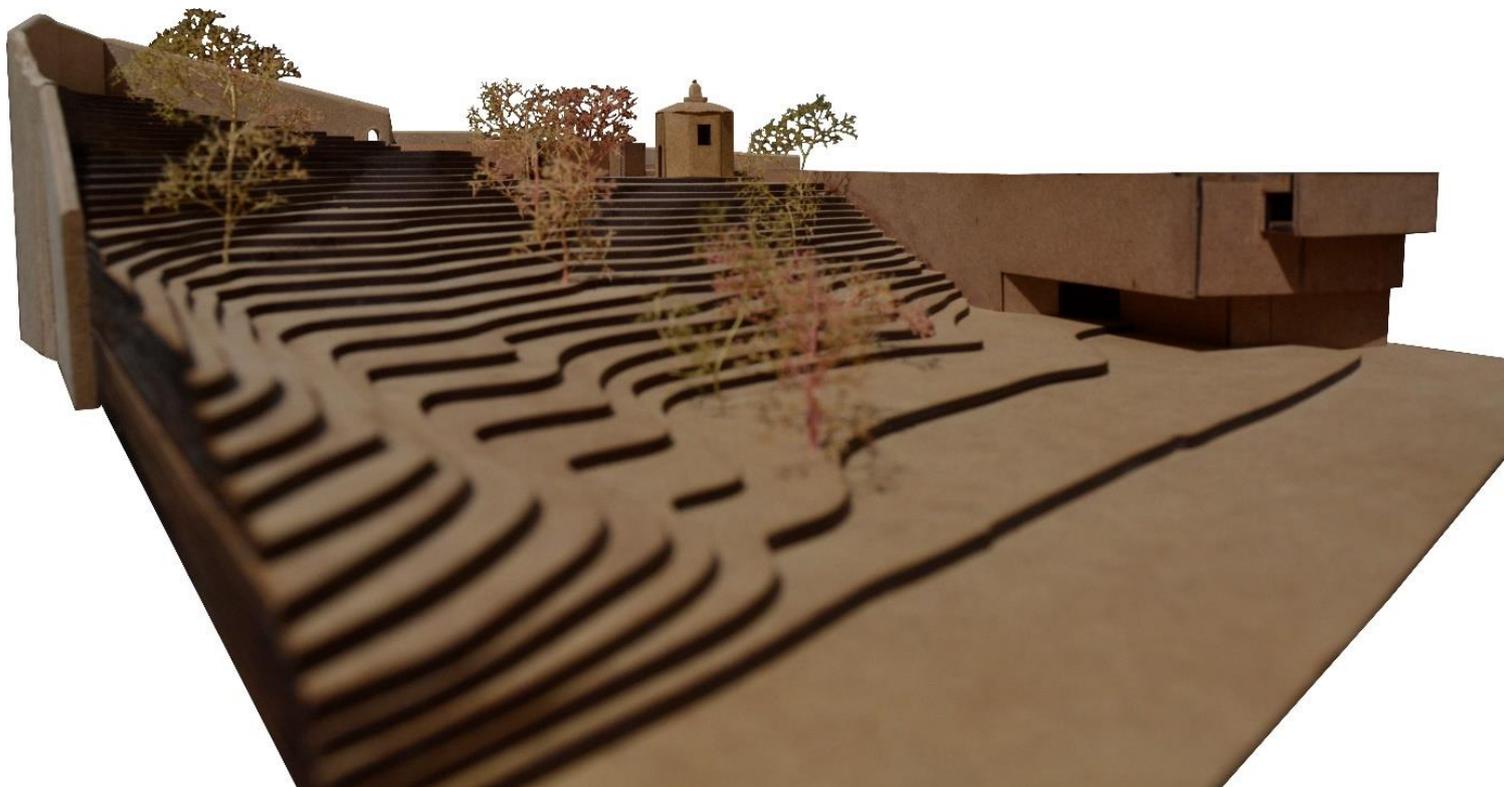
Fotomontagem da chegada ao berçário pela entrada secundária



Maquete do projecto à escala 1/200



Maquete do projecto à escala 1/200 (vista de sul)



Maquete do projecto à escala 1/200 (vista do interior do recinto)



Maquete do projecto à escala 1/200 (vista de nascente)

Considerações finais

Os muros das cercas conventuais são elementos que possuem uma presença vincada em muitos pontos do território, perpetuando a memória dos edifícios conventuais, que em diversos casos, acabaram por desaparecer por factores de várias ordens. Esta herança é hoje um “artefacto” dos primeiros traços que formaram a morfologia da paisagem rural e urbana.

Assim que estabelecidos, os referidos organismos delimitavam grandes porções de solo considerado sagrado, uma vez que além de constituírem um meio de subsistência e abastecimento da respectiva comunidade religiosa, desempenhavam também um papel de divisória estanque, que por sua vez protegia o território monástico da profanação presente no mundo exterior.

Contudo, após a extinção das ordens religiosas, as cidades viram nestes antigos espaços conventuais, uma nova oferta de área livre para o seu desenvolvimento e progresso, pelo que a partir do séc. XIX, se verificaram diversas transformações na morfologia do território, resultado da abertura destas reservas ao colectivo. Além das alterações na paisagem urbana, o processo de ocupação das antigas cercas incorreu, na maioria dos casos, em diversas descaracterizações parciais, ou mesmo totais, destes antigos lugares, decorrentes de actos negligentes e inconscientes.

Após o estudo deste contexto, foi possível compreender melhor a circunstância actual da Cerca do Convento de N.ª Sr.ª da Conceição de Alenquer. Este caso, que constitui um exemplo desse processo, corresponde a um lugar que fora forçado a digerir periódicas mutações, resultando num espaço desfigurado pelas ocupações que secundarizaram as pré-existências, sobretudo o muro da Cerca, elemento definidor dos seus limites.

Porém, a necessidade de formular suportes ao pensamento crítico relativo ao lugar da Cerca, levou a que o presente trabalho abordasse o conceito de limite, visto ser indissociável da dimensão conceptual inerente ao caso de estudo. Nesse sentido, direccionou-se o foco para três elementos derivados do limite – recinto, franja e volume – os quais permitiram estabelecer pontes e raciocínios análogos, facilitando o diálogo entre os temas teóricos e a componente prática. Nesse sentido, foram essenciais: a ideia de recinto de Gottfried Semper, possibilitando uma primeira aproximação à Cerca, entendida como elemento protector da matriz espacial, por intermédio do muro delimitador; a ideia de franja limítrofe de Eugénio Trias, associada à ontologia de limite, que permitiu entender os muros como limite-fronteiriço, concretizando a possibilidade de transposição deste limite, tornando habitável o lugar da Cerca; e por último a ideia de volume,

associada aos princípios da “caixa arquitectónica”, defendida por Jorge Cruz Pinto, que sugere a criação de um espaço volumétrico invisível, onde os limites são apreendidos com base na percepção humana. Esta última, informou o desenho de algumas espacialidades do novo edifício do infantário.

Aliada aos temas conceptuais referentes aos elementos do limite, a análise da evolução das ocupações na Cerca e o mapeamento das negligências levadas a cabo neste lugar, serviu de critério ao projecto de intervenção, na medida em que este se apresenta como um novo *layer* que repõe a da continuidade do recinto, contribuindo para a recuperação da identidade e essência do lugar, por via de uma leitura contemporânea.

Bibliografia

Armesto, A. "Gottfried Semper en lengua castellana". Palimpsesto [em linha]. Nº 12 (2015) [Consult. 12 de Setembro de 2018]. Disponível em <https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/16253/3928-1056-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Carapinha, A. – Da Essência do Jardim Português. Tese de Doutoramento em Arquitectura Paisagista. Évora: Universidade de Évora (1995)

Carapinha, A. – A cerca e o jardim do claustro: Dois espaços do nosso descontentamento. Monumentos. ISSN: 0872-8747. Nº 15 (2001)

Costa, A. – O centro histórico, a história e o urbanismo difuso. Revista Património. ISSN: 2182-9330. Nº1 (2013)

Esteban, N. – En los limites de la arquitectura: espacio, sistema y disciplina. Tese de Doutoramento em Comunicación visual en arquitectura y diseño. Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña (2013)

Frampton, K. "Estudios sobre cultura tectónica: Poéticas de la construcción en la Arquitectura de los siglos XIX y XX". Madrid: Ediciones Akal, S. A., (1999). ISBN 84-46-1187-5

Fróis, V. "Conversas à volta dos conventos". Évora: Casa do Sul Editora (2002). ISBN 972-8661-07-X

Grave, C. "Reseña de "Ciudad sobre ciudad. Arte, religión y ética en el cambio de milenio" de Eugenio Trías". Diánoia [em linha]. Nº XLVIII (2003) [Consult. em 15 de Setembro de 2018]. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=58405012>. ISSN 0185-2450

Guisado, J. "El muro". Madrid: Biblioteca Nueva (2006). ISBN 9788497425476

Henriques, G. J. C., "Alenquer e seu concelho". Arruda dos Vinhos: Arruda Editora (2002). ISBN: 972-97540-6-3

Marado, C. – A ocupação das cercas. Monumentos. ISSN: 0872-8747. Nº 24 (2006)

Meana, D. – “La música y los límites del mundo. Un estudio desde Eugenio Trías y Agustín de Hipona”. Anales del Seminario de Historia de la Filosofía. Vol. 30, nº 1 (2013). ISSN: 0211-2337

Melo, A. O.; Guapo, A. R.; Martins, J. E. “O concelho de Alenquer: Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia”, vol. 3. 1ª ed. Alenquer (1986).

Melo, A. O.; Guapo, A. R.; Martins, J. E. “O concelho de Alenquer: Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia”, vol. 1. 2ª ed. Alenquer (1989).

Muñoz, J. “La Filosofía del Límite de Eugenio Trías”. El Cultural [em linha]. (2005). [Consult. 2 de Outubro de 2018]. Disponível em <https://www.elcultural.com/revista/letras/La-Filosofia-del-Limite-de-Eugenio-Trias/11861>

Paviani, A. – Alenquer, aspectos geográficos de uma vila portuguesa. Finisterra [em linha]. Vol. 3, nº5 (1968). [Consult. 9 de maio de 2018]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2512>

Pinto, J. C. “O Espaço Limite: Produção, Recepção e Arquitectura”, vol. 2. Lisboa: ACD Editores (2009). ISBN 9789728855352

Sá, I. G. “Os espaços de reclusão e a vida nas margens”, in Mattoso, José (dir.); Monteiro, Nuno Gonçalves (coord.), História da Vida Privada em Portugal, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates (2011).

Semper, G. “Escritos fundamentales de Gottfried Semper: El fuego y su protección”. Barcelona: Fundación Arquia (2014). ISBN: 978-84-940343-2-9

Sucasas, A. “Pensar la frontera: la filosofía del límite de Eugenio Trías”; en Ríos, Jesús & Agís, Marcelino (coord.), Pensadores en la frontera. VI Encuentro Internacionales de Filosofía en el Camino de Santiago (2003).

Trías, E. “Lógica del limite”. Barcelona: Destino (1991). ISBN: 978-84-233199-7-8

Índice de Figuras

Figura 01 – Fotografia de Jorge Lourenço, disponível em <http://couraca.blogspot.com/2014/04/a-alenquer-dos-anos-60.html>

Figura 02 – Fotografia de Guilherme João Carlos Henriques, em “Alenquer e seu concelho”, 2002, p. 71

Figura 03 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 04 – Planta de António Melo, António Guapo e José Martins, em “O Concelho de Alenquer”, vol. 3, 1986

Figura 05 – Pintura de Simeone Martine, disponível em <https://helapingsten.files.wordpress.com/2015/02/fr-and-cl-looking-up.jpg>

Figura 06 – Planta do autor produzida com base nos elementos referentes ao Convento de N.ª Sr.ª da Conceição, fornecidos pela Direcção de Infraestruturas do Exército Português

Figura 07 – Planta do autor produzida com base nos elementos referentes ao Convento de N.ª Sr.ª da Conceição, fornecidos pela Direcção de Infraestruturas do Exército Português

Figura 08 – Fotografia de Jorge Lourenço, disponível em http://jhleitao.blogspot.pt/pvila-alta_21.html

Figura 09 – Fotografia de António Melo em “O Concelho de Alenquer”, vol. 3, 1986, p. 119

Figura 10 – Fotografia de António Melo em “O Concelho de Alenquer”, vol. 3, 1986, p. 119

Figura 11 – Fotografia de Robert Clarke, disponível em https://www.nationalgeographic.com.es/historia/grandes-reportajes/las-fronteras-de-roma_6415/3

Figura 12 – Imagem de Sam Jacoby, disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/figure/10.1080/13602365.2015.1116104>

Figura 13 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 14 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 15 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 16 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 17 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 18 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 19 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 20 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 21 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 22 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018

Figura 23 – Fotografia do autor, Alenquer, 2018